



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
FUNED/EDITAL - Comissão de Elaboração de Editais

v2.2025.01

FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO INTERNACIONAL
COMPRA DE BENS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 364/2025	
PROCESSO DE COMPRA:	2261032 000364/2025
CONTRATANTE:	FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
OBJETO:	Compra de SISTEMAS E EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS DE ENSAIOS FÍSICOS, MEDIDOR DE ESPESSURA E TESTADOR VISUAL DE FUROS E VAZAMENTOS.
VALOR ESTIMADO:	Orçamento sigiloso
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP), conforme disposto no Anexo I - Termo de Referência.
LOCAL: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/	
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO	HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO
27/01/2026	09:00 hora(s)

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES
7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13. DA CONTRATAÇÃO
14. DA SUBCONTRATAÇÃO
15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
16. DO PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA COMPRA DE BENS****ANEXO DE EDITAL III - DECLARAÇÃO SOBRE CUMPRIMENTO DO ART. 93 DA LEI FEDERAL Nº 8.213/1991**

ANEXO DE EDITAL IV - MINUTA DE CONTRATO**ANEXO DE EDITAL V - MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO****ANEXO DE EDITAL VI - AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES****1. PREÂMBULO**

Torna-se público que a FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto e fechado, no modo de disputa aberto e fechado, regime de fornecimento integral, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 48.723, de 24 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

- 1.1. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados na Portaria Funed nº 78, de 28 de outubro de 2025.
- 1.2. A sessão pública se dará exclusivamente no idioma Português (BR).

2. OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a compra de SISTEMAS E EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS DE ENSAIOS FÍSICOS, MEDIDOR DE ESPESSURA E TESTADOR VISUAL DE FURROS E VAZAMENTOS, conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.
- 2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.
- 2.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no [Portal de Compras MG](#) e as especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1. Os pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnações poderão ser feitos por qualquer pessoa, exclusivamente por meio eletrônico, no [Portal de Compras MG](#), na página da licitação, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 3.2. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF e nome do interessado para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (telefone e e-mail).
 - 3.2.1. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes às solicitações.
 - 3.2.2. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, data/hora do registro e tipo (pedido de esclarecimento ou impugnação).
 - 3.2.3. O Pregoeiro responderá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.
- 3.3. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a resposta e documento complementar, se houver, poderão ser consultados no [Portal de Compras MG](#).
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação, nos termos do art. 14, §2º do Decreto 48.723/2023.
- 3.5. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 3.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 14.133/ 2021 e do art. 15 do Decreto 48.723/2023.
- 3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.
- 3.9. A não impugnação do Edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A participação no presente Edital se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).
 - 4.1.1. As orientações aos licitantes para participação nesta licitação são apresentadas no Manual Pregão e Concorrência – Decreto nº 48.779/2024, versão Fornecedor, disponível no [Portal de Compras MG](#).
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e demais licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437/2018, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no mencionado Decreto 47.437/2018.
- 4.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:
 - 4.3.1. não se aplica no caso de licitação, ao item de contratação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 4.3.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 4.3.3. nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 4.3.1. e 4.3.2.
- 4.4. Para fins do disposto neste Edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:
- 4.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 4.4.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- 4.4.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 4.4.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 4.4.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 4.5. **Poderão participar** desta licitação os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.
- 4.5.1. O credenciamento no CAGEF deve ser realizado no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da sessão, por meio do site www.compras.mg.gov.br - [Opção Cadastro de Fornecedoros](#).
- 4.5.2. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante no presente Edital.
- 4.5.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor do Edital por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 4.5.4. É dever do responsável legal conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do licitante e do seu representante para realização das transações inerentes ao Edital.
- 4.5.6. O licitante se responsabiliza:
- 4.5.6.1. por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Portal de Compras MG, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 4.5.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123/2006, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.
- 4.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.
- 4.6.2. Para informações relativas ao cadastro junto ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais - CAGEF, consulte o link: <https://compras.mg.gov.br/fornecedores/cadastro-geral-de-fornecedores-cagef/> ou entre contato por meio do e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br. Para dúvidas sobre acesso e navegação no Portal de Compras, participação em licitações entre contato pelo e-mail atendimentosiad@planejamento.mg.gov.br.
- 4.7. As empresas estrangeiras poderão participar deste certame por meio de um representante legal que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada.
- 4.7.1. O representante legal de empresa estrangeira deverá apresentar Procuração com poderes expressos, em nome da empresa representada, para receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente.
- 4.7.2. Os valores correspondentes aos lances de empresas estrangeiras deverão ser realizados por CNPJ Administrativo, e de acordo com a conversão da moeda, conforme item 5.12. Portanto, caso o licitante opte por encaminhar proposta via importação, deve participar (entrar no sistema) como fornecedor estrangeiro.
- 4.8. **Não poderão participar deste Edital** as empresas que:
- 4.8.1. Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- 4.8.2. Enquadrem-se como empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.8.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.8.4. Que se enquadrem nas seguintes situações:
- 4.8.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;

4.8.4.3.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.8.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do Edital de licitação, os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#), a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, informando, obrigatoriamente no sistema:

5.1.1. a marca; e

5.1.2. o valor unitário e o valor total de cada lote.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

5.3. Nesta etapa não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.4. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

5.4.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

5.4.1.1. A autorização de fornecimento enviada ao fornecedor irá conter os valores financeiros com duas casas decimais após a vírgula, já que o sistema de compras do estado descarta automaticamente a terceira e a quarta casas decimais após a vírgula sem proceder qualquer tipo de arredondamento.

5.4.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. O cadastramento das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

5.7. No momento do cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do [Portal de Compras MG](#), as seguintes declarações:

5.7.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

5.7.2. que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

5.7.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.7.4. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

- 5.7.5. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:
- 5.7.5.1. que não ultrapassou o limite de faturamento definido no art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.
- 5.7.5.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.
- 5.7.6. No caso de profissionais organizados sob a forma de cooperativa:
- 5.7.6.1. que participa da licitação sob a forma de cooperativa e atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 5.8. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o licitante às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.
- 5.9. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 22 de março de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) preenchida(s) diretamente no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e alterações.
- 5.9.1. As fases de classificação das propostas, da etapa de lances, do julgamento dos preços, da adjudicação e da homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.
- 5.9.2. O disposto nos subitens 5.9 e 5.9.1 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.
- 5.10. O licitante **nacional ou estrangeiro** poderá apresentar sua proposta em Real, Euro ou Dólar Americano. Contudo, para cadastramento no sistema compras.mg.gov.br é necessário informar o valor em moeda nacional (Real).
- 5.11. Para cadastramento no sistema eletrônico compras.mg.gov.br, os valores propostos em moeda estrangeira (Euro ou Dólar Americano) deverão ser convertidos em moeda brasileira (Real -R\$) à **taxa de câmbio do Banco Central do Brasil PTAX/Venda + 0%, do dia da publicação do edital ou do dia da última retificação do edital, caso houver. Em caso de dia não útil, utilizar como referência a taxa do último dia útil anterior à publicação do edital.**
- 5.12. Em se tratando de propostas comerciais de empresas estrangeiras que não funcionem no país, observar-se-ão as seguintes regras:
- 5.12.1. A proposta comercial deve ser acompanhada de proforma invoice na língua portuguesa, inglesa ou espanhola, com os valores em moeda estrangeira.
- 5.12.2. Para os itens 1740903, 250031, 1229788, 1223348, 1442422 e 1848798: A entrega será realizada de acordo com o Incoterm DPU-Entregue na Fundação Ezequiel Dias. Neste Incoterm, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, handling, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.
- 5.12.3. Para o item 1998722: A entrega será realizada de acordo com o Incoterm CIP-Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins. Neste Incoterm, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o local indicado.
- 5.12.4. A proposta apresentada por licitante estrangeiro ou seu respectivo representante, somente para fins de julgamento, deverá estar equalizada, isto é, acrescida dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda, conforme § 4º do artigo 52 da Lei nº 14.133, de 2021. Ou seja, **o licitante estrangeiro, no cadastramento da proposta e na fase de lances no sistema eletrônico compras.mg.gov.br, deverá considerar o valor unitário e total equalizado.**
- 5.12.4.1. Para o item 1998722 (NCM: 9024.80.90): Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei 14.133/2021, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao II (0%), IPI (0%), PIS (2,10%), COFINS (10,45%), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), calculado de acordo com a tributação da proposta nacional de menor preço, e sua respectiva legislação aplicável.
- 5.12.4.2. Para o item 250031 (NCM: 9024.90.00): Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei 14.133/2021, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao II (12,60%), IPI (3,65%), PIS (2,10%), COFINS (10,45%), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), calculado de acordo com a tributação da proposta nacional de menor preço, e sua respectiva legislação aplicável.
- 5.12.4.3. Para os itens 1848798 e 1229788 (NCM: 9024.80.90): Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei 14.133/2021, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao II (12,60%), IPI (0%), PIS (2,10%), COFINS (10,45%), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), calculado de acordo com a tributação da proposta nacional de menor preço, e sua respectiva legislação aplicável.
- 5.12.4.4. Para o item 1740903 (NCM: 9031.80.99): Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei 14.133/2021, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao II (12,60%), IPI (3,65%), PIS (2,10%), COFINS (10,45%), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), calculado de acordo com a tributação da proposta nacional de menor preço, e sua respectiva legislação aplicável.
- 5.12.4.5. Para os itens 1223348 e 1442422 (NCM: 9024.80.29): Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei 14.133/2021, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao II (12,60%), IPI (0%), PIS (2,10%), COFINS (10,45%), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), calculado de acordo com a tributação da proposta nacional de menor preço, e sua respectiva legislação aplicável.
- 5.12.4.6. Caso a proposta apresentada por licitante estrangeiro seja classificada e verificada, o pregoeiro realizará a negociação e, neste momento, todos os gravames deverão ser suprimidos do valor unitário e total.
- 5.13. Qualquer benefício ou incentivo fiscal deverá ser OBRIGATORIAMENTE informado na proposta, não cabendo a Administração Pública responsabilidade por eventuais atrasos futuros advindos da omissão do Proponente.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.
- 6.2. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no Edital, os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).
- 6.3. O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.
- 6.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.4.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores.
- 6.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de Lote 1 R\$ 189,91 (cento e oitenta e nove reais e noventa e um centavos), Lote 2 R\$ 13,00 (treze reais), Lote 3 R\$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos), Lote 4 R\$ 33,18 (trinta e três reais e dezoito centavos), Lote 5 R\$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos), Lote 6 R\$ 7,03 (sete reais e três centavos) e Lote 7 R\$ 25,26 (vinte e cinco reais e vinte e seis centavos)
- 6.5. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.
- 6.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.7. O lance deverá ser ofertado em Reais (R\$), contemplando todos os custos inerentes à contratação.
- 6.7.1. As empresas estrangeiras deverão apresentar seus lances, equalizados, conforme impostos previstos no item 5 do presente edital.
- 6.8. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 6.8.1. Encerrado o prazo acima disposto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.8.2. Após a etapa prevista no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o licitante poderá optar por não ofertar nenhum lance no sistema, ou optar por ofertar valor ou percentual melhor, conforme o critério de julgamento.
- 6.8.4. Na hipótese de haver duas ou menos propostas nas condições de que trata o item 6.8.3, serão convocados, na ordem de classificação, os autores dos três melhores lances subsequentes para oferecer um lance final e fechado nas mesmas circunstâncias.
- 6.8.5. Encerrado o prazo estabelecido nos itens 6.8.2 e 6.8.4, o sistema ordenará os lances conforme disposto no item 6.5.
- 6.9. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como poderão visualizar todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do licitante.
- 6.10. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para a Fundação Ezequiel Dias, a sessão pública será suspensão, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.12. **Do empate ficto**
- 6.12.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.
- 6.12.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.12.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior será convidada a enviar declaração que está apta a usufruir do empate ficto, e terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.12.2.1.1. Caso o licitante não envie a declaração, o Pregoeiro poderá dar continuidade à sessão pública.
- 6.12.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.12.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.13. **Do empate real**
- 6.13.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.13.2. Na hipótese de ainda persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.13.3. As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a fase de lances, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, considerando os valores unitários e totais de referência de cada item do lote.

7.1.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta ajustada ao último lance ofertado ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), e, se necessário, documentos complementares, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.1.1.1. A prorrogação de que trata o item acima poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.1.1.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

7.1.1.1.2. de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.2.

7.1.1.2. O fornecedor deverá realizar o upload da proposta comercial ajustada ao seu último valor ofertado, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

7.1.1.2.1. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

7.1.1.2.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal [Gov.br](http://gov.br). A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.1.1.2.1.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

7.1.1.3. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

7.1.1.3.1. O disposto no subitem anterior não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo Simples Nacional, devendo estes anexar à sua proposta comercial a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.3.1. conter vícios insanáveis;

7.3.2. descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Edital, no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos;

7.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo global e unitário definido para a contratação;

7.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou

7.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, desde que insanáveis.

7.4. Considera-se indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

7.4.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será identificada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.4.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.5. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O valor resultante da negociação deverá ser registrado no Portal de Compras MG.

7.5.1. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, nos termos do item 7.6, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

7.5.2. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.6. Estando o preço compatível, o licitante deverá enviar a proposta ajustada ao último valor ofertado na negociação, e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

7.7. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

- 7.8. O prazo de validade da proposta é o disposto no Anexo I - Termo de Referência.
- 7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.11. O licitante poderá ser convocado para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a pedido fundamentado do licitante, feito pelo chat, antes de findo o prazo, ou, de ofício, quando constatado que este não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.
- 7.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do bem ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. **Da apresentação de Amostras/Prova de Conceito:**
- 7.12.1. Não haverá apresentação de amostras/prova de conceito no presente certame.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Encerrada a fase de aceitação da proposta, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação do licitante melhor classificado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO*- CPF e/ou CNPJ
CADIN - Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais	SIM	SIM	NÃO
CAFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU)		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade , mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU [Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas]	SIM	NÃO	NÃO
Nota: *A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será realizada em nome do fornecedor e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. **Caso o fornecedor não cumpra os requisitos exigidos em sede de certidão, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.			

- 8.1.1. Caso conste na consulta a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas consultadas.
- 8.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.1.1.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será desclassificado, por falta de condição de participação.
- 8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Para Empresas Nacionais:

8.2.1. Habilitação Jurídica:

- 8.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.2.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;

8.2.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.2.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.12. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

8.2.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.2.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.2.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.2.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. Na ausência de menção expressa à validade, considerar-se-ão válidas as certidões emitidas nos últimos 06 (seis) meses.

8.2.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:

I - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

II - Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo **OU** patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

a) Para os casos de consórcios, exceto os consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo **OU** patrimônio líquido mínimo de 20 % do valor total estimado da contratação **OU** valor total estimado da parcela pertinente.

III - As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

IV - O Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

V - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

VI - Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

VII - Os licitantes sujeitos ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) ou licitantes microempreendedores individuais não se aplicam as exigências contidas no subitem 8.2.3.2, em razão da dispensa de escrituração prevista no artigo 1.179, §2º do Código Civil, e na Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.4. Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional

8.2.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

8.2.5. Declaração:

8.2.5.1. Declaração referente a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.2.5.2. A declaração deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO III - Modelo de Declaração sobre Cumprimento do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991;

8.2.5.3. Na hipótese de o licitante/fornecedor não atender aos requisitos legais dispostos no art.93, deverá apresentar, obrigatoriamente, justificativa circunstanciada acompanhada da documentação comprobatória pertinente aos fatos alegados, para fins de análise da Administração quanto à razoabilidade e legitimidade da situação declarada;

8.2.5.4. O não cumprimento das obrigações dispostas no campo 8.2.5.1 poderá ensejar a inabilitação do licitante/fornecedor.

8.2.6. Habilitação de Consórcios:

8.2.6.1. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2.6.2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

8.2.6.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.

8.2.6.4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 8.2.6.1.

8.2.6.5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no caput do art.3º do Decreto 47.437, de 26 de junho de 2018 poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.2.6.6. Não é permitido que uma empresa, consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada, participe do mesmo procedimento de contratação.

8.2.6.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.2.7. Habilitação de Cooperativas:

8.2.7.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

I - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

- II - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- III - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.
- IV - O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.
- V - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- VI - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- VII - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.
- 8.3. A verificação dos documentos de habilitação será realizada por meio de consulta ao Cagef, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.4. O licitante deverá manter atualizadas as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral - CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.
- 8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 8.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.
- 8.6. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados quando solicitados pelo Pregoeiro em formato digital no sistema eletrônico, por upload, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, observadas as hipóteses elencadas no item 7.1.1.1 deste Edital.
- 8.6.1. A não regularização dos documentos constantes do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 8.7. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 8.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.9. Aos beneficiários listados no item 4.4 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.
- 8.9.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.9.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o Pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.
- 8.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes cuja análise foi realizada pelo pregoeiro, depois de definido o resultado do seu julgamento.
- 8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na [Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002](#).
- 8.11.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.12. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.12.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e anexos.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.15. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o licitante será habilitado.

Para Empresas Estrangeiras:

8.16. A(s) empresa(s) estrangeira(s), que não funcionem no Brasil, atenderão, tanto quanto possível, às mesmas exigências de habilitação das empresas nacionais, mediante a apresentação de documentos equivalentes aos informados no item 8.2.

8.17. Inicialmente os documentos apresentados poderão ser fornecidos em tradução livre, conforme previsto no art. 34 do Decreto Estadual nº 48.723, de 24 de novembro de 2023.

8.18. Para fins de assinatura de contrato, conforme previsto no art. 34, parágrafo único do Decreto Estadual nº 48.723, de 24 de novembro de 2023, os documentos apresentados deverão ser traduzidos por tradutor juramentado ou possuir "Apostille" (apostilamento), quando o país for signatário da Convenção de Haia e tiver implementado a sistemática de aposição da apostila, conforme o disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, que também deverá ser acompanhado da devida tradução juramentada.

8.18.1. Na ausência dos documentos equivalentes exigidos no item 8.2, a empresa estrangeira deverá apresentar declaração expressa da impossibilidade do atendimento dos requisitos, especificando quais documentos similares inexistem em seu país de origem.

8.19. Para fins de cadastro no Caged:

8.19.1. Documento de identificação do representante legal da empresa;

8.19.2. Documento de constituição legal no seu país de origem, traduzidos por tradutor juramentado;

8.19.3. Procuração outorgada à empresa/pessoa estabelecida /residente no Brasil com poderes para receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente.

8.20. Declaração expressa de que se submete à Legislação Brasileira e de que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática.

9. DOS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pelo Pregoeiro.

9.1.2. O juízo de admissibilidade referido no item 9.1.1 será realizado após a etapa de manifestação de intenção de recorrer de que trata o item 9.1, ao final da etapa de habilitação.

9.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.1.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail cpl@funed.mg.gov.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observado o prazo previsto no item 9.1.

9.1.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 3 dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

9.1.6. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

9.1.8. Na ausência de registro de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

10.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Estadual nº 48.723, de 2023, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 10.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão deverá ser reaberta, nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou que anule a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- 12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras MG.

- 12.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras MG, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e outras penalidades aplicáveis.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes deste Edital, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.1.3. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

13.1.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.1.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.1.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

13.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.1.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da licitação.

13.1.7. A regra do item 13.1.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 13.1.5.1.

13.1.8. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.1.8.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.1.8.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

13.1.9. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

13.1.10. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

13.1.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.1.12. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

13.1.12.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

13.1.12.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail sistemas@funed.mg.gov.br.

13.1.12.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado.

15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência.

16.2. Em se tratando de propostas comerciais de empresas estrangeiras que não funcionem no país, para os itens cód. SIAD 1998722, 1740903, 250031, 1229788, 1223348, 1442422 1848798, o pagamento será realizado via "Carta de Crédito à vista e irrevogável", a ser liquidada quando do recebimento dos documentos de embarque pelo banco contratado.

16.3. As despesas bancárias internas no país do comprador serão por conta do importador e as despesas externas no país do fornecedor serão por conta do exportador.

16.4. O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado será efetuado em moeda corrente nacional (Real). Caso a proposta comercial seja apresentada em moeda estrangeira, a conversão do valor será realizada seguindo as diretrizes dispostas na minuta do contrato (Anexo IV do edital).

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

17.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

17.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

17.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

17.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2 a 17.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

17.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8 a 17.1.12, bem como nos subitens 17.1.2 a 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

17.2.4. **Multa:**

(1) de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

(2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

(3) 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.2 e 17.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

17.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

17.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.

17.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

18.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

18.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

18.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.11. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

18.12. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus Anexos no site www.compras.mg.gov.br.

18.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA (120935850)

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA COMPRA DE BENS (127331981)

ANEXO DE EDITAL III- DECLARAÇÃO SOBRE CUMPRIMENTO DO ART. 93 DA LEI FEDERAL Nº 8.213/1991 (127332409)

ANEXO DE EDITAL IV - MINUTA DE CONTRATO (127332616)

ANEXO DE EDITAL V - MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (127332678)

ANEXO DE EDITAL VI - AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES (127332735)

Dimitri Assis de Souza

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

FUNED



Documento assinado eletronicamente por **Dimitri Assis de Souza, Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças**, em 17/12/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **127317520** e o código CRC **754A9B7F**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
Serviço de Ensaios Físicos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
12/11/2025	FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS - FUNED	2261032

SUMÁRIO

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 8 - HABILITAÇÃO
- 9 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a compra de SISTEMAS E EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS DE ENSAIOS FISICOS, MEDIDOR DE ESPESSURA E TESTADOR VISUAL DE FUROS OU VAZAMENTOS, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD. SIAD	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM CATMAS	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO DO ITEM CATMAS	ELEMENTO-ITEM DE DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Projeto Atividade, Fonte e UPG)	Nº DO PLANEJAMENTO (DFD)	RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO
1	1	1998722	MAQUINA UNIVERSAL PARA ENSAIOS MECANICOS - APLICACAO: DISPOSITIVOS COM CONECTORES LUER (ISO	MAQUINA UNIVERSAL PARA ENSAIOS MECANICOS,MONOCOLUMA, PARA ANALISE DE	1	00001 - 1,00 UNIDADE	5209	TCDO 0001/2025 Fonte: 92.1	[x] Item Não-Planejado (Formulário	Nome: Adriane Zacarias Nunes Unid. Administrativa: Serviço de Ensaios Físicos Email: adriane.zacarias@funed.mg.gov.br

			80369); GARRAS: PNEUMATICAS COM MORDENTES APROPRIADOS; CELULA: DE CARGA PARA FORCA AXIAL E TORQUE; AUMENTO: FORCA AXIAL: MINIMA 500 N, TORQUE: MINIMO DE 2NM; EXATIDAO: CLASSE 1, ISO 7500-1; EXTENSOMETRO: NAO APLICAVEL; SOFTWARE: PARAMETRIZADO PARA REALIZACAO DE ENSAIOS 80369-20;	DISPOSITIVOS MEDICOS COM CONECTORES LUER, CONFORME ISO 80369. COMPOSTA POR CELULAS DE CARGAS PARA MEDICAO DE FORCA AXIAL (MINIMA 500 N) E TORQUE (MINIMO DE 2 NM) COM EXATIDAO CLASSE 1-ISO 7500-1, MODULO DE TORCAO CAPAZ DE GERAR ROTACAO: 0,002 A 80 RPM, GARRAS PNEUMATICAS, CONECTORES DE REFERENCIA (C1 A C6), MORDENTES, DISPOSITIVOS DE FIXACAO PARA SERINGAS, AGULHAS E DEMAIS DISPOSITIVOS COM CONECTORES LUER, SENSORES, SISTEMA DE ALINHAMENTO, VALVULAS, ADAPTADORES E MODULO DE CONTROLE DE PRESSAO POSITIVA E NEGATIVA, SOFTWARE PARAMETRIZADO PARA REALIZACAO DE ENSAIOS PREVISTOS NA ISO 80369-20, GERACAO DE RELATÓRIOS E MODULO DE RASTREABILIDADE.				UPG de entrega: 193	SPPC-FM-0006 (SEI nº 117077439))	Telefone: 4688
2	1	1740903	MEDIDOR DE ESPESSURA - APLICACAO: MEDICAO DE ESPESSURA EM MATERIAIS ELASTICOS(LUVAS); MODELO: DIGITAL; VISOR: EM LCD COM PE-DE-MEDICAO COM BASE RETA CIRCULAR; ESCALA: MEDICAO EM MM; ACESSORIOS: ESTOJO E BATERIA;	MEDIDOR DE ESPESSURA DIGITAL COM VISOR EM LCD, COM PE-DE-MEDICAO COM BASE RETA CIRCULAR E DIAMETRO ENTRE 3 MM E 10 MM; COM RELOGIO COMPARADOR DIGITAL INTEGRADO, RESOLUCAO MINIMA DE 0,001 MM; PRESSAO EXERCIDA SOBRE O CORPO-DE-PROVA COM FORCA DE CONTATO DE 17 KPA A 27 KPA	1	00001 - 1,00 UNIDADE	5210	4457 - ATENDIMENTO DE ANÁLISES LABORATORIAIS DE INTERESSE DA SAÚDE PÚBLICA Fonte: 10.1 UPG de entrega: 454	[x] Item Planejado (SPPC-00748/2023)	Nome: Adriane Zacarias Nunes Unid. Administrativa: Serviço de Ensaio Físicos Email: adriane.zacarias@funed.mg.gov.br Telefone: 4688
3	1	250031	SISTEMA P/DETERMINACAO DO DIAMETRO EM SERINGAS - APLICACAO: DETERMINACAO DO DIAMETRO INTERNO DA AGULHA E BICO DE SERINGAS; ESTILETE: COMPOSTO POR 27 ESTILETES; MATERIA-PRIMA: ACO INOXIDAVEL; DIMENSOES: 60X60X850MM (ALT. X LARG. X COMP.);	NAO POSSUI SOFTWARE EMBARCADO OU CONEXAO COM INTERNET. EQUIPAMENTO NAUTILIZA ENERGIA ELETRICA.	1	00001 - 1,00 UNIDADE	5209	TCDO 0001/2025 Fonte: 92.1 UPG de entrega: 193	[x] Item Planejado (SPPC-00748/2023)	Nome: Adriane Zacarias Nunes Unid. Administrativa: Serviço de Ensaio Físicos Email: adriane.zacarias@funed.mg.gov.br Telefone: 4688
4	1	1229788	TESTADOR VISUAL DE FUROS OU VAZAMENTOS - APLICACAO: TESTAR FUROS EM LUVAS, PRESERVATIVOS MASCULINOS E FEMININOS; METODO: ATRAVES ENCHIMENTO DESTES PRODUTOS C/AGUA REAGENTE; RESERVATORIO:	TESTADOR VISUAL DE FUROS E/OU VAZAMENTOS EM PRODUTOS ELASTICOS ATRAVES DO ENCHIMENTO DESTES PRODUTOS COM AGUA REAGENTE ARMAZENADA EM RESERVA TORIO INTEGRADO. O	1	00001 - 1,00 UNIDADE	5209	4457 - ATENDIMENTO DE ANÁLISES LABORATORIAIS DE INTERESSE DA SAÚDE PÚBLICA Fonte: 10.1	[x]Item Planejado (SPPC-00748/2023)	Nome: Adriane Zacarias Nunes Unid. Administrativa: Serviço de Ensaio Físicos Email: adriane.zacarias@funed.mg.gov.br Telefone: 4688

			CONECTADO SIST. DE ALIMENTACAO AGUA POR MEIO BOMBA; SENSOR: DEVE POSSUIR SENSOR PARA NIVEL DE AGUA; TANQUE: DE ENCHIMENTO EM ACRILICO; COMPOSICAO: COMPOSTO DE CARROSSEL PARA 5 AMOSTRAS DE LUVAS, PRESERVATIVOS FEMININO E MASCULINO; CAPACIDADE: DE TROCA DE CARROSSEIS P/REALIZACAO ENSAIOS/TESTES; PAINEL: DE CONTROLE PARA SELECAO Nº DE AMOSTRAS ETC;	RESERVATORIO DEVE SE CONECTAR AO SISTEMA DE ALIMENTACAO DE AGUA POR MEIO DE BOMBA DE AGUA ADEQUADA E POSSUIR SENSOR PARA NIVEL DE AGUA, EVITANDO TRANSBORDAMENTO. TANQUE DE ENCHIMENTO EM ACRILICO. O EQUIPAMENTO DEVE SER CAPAZ DE INTERCAMBIAR O CARROSSEL PARA AMOSTRAS DE LUVAS, PRESERVATIVO MASCULINO E PRESERVATIVO FEMININO. OS CARROSSEIS PARA REALIZACAO DE ENSAIOS/TESTES COM MINIMO 5 AMOSTRAS. DEVE EXISTIR PAINEL DE CONTROLE PARA SELECAO DO NUMERO DE AMOSTRAS, DO VOLUME DE AGUA A SER DISPENSADO E SISTEMA DE RECIRCULACAO DE ÁGUA ACIONADO DURANTE A VISUALIZACAO DE FUROS PELO OPERADOR/TECNICO.				UPG de entrega: 454		
5	1	1223348	SISTEMA AUTOMATIZADO ENSAIO DE LUVAS - TIPO: DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E NAO CIRURGICOS; MATERIA-PRIMA: METAL E / OU PLASTICO; LUZ: DOTADO DE LUZ LED INTEGRADA; ACIONAMENTO: SIMPLES (PRESSIONANDO UM UNICO BOTAO); SUPORTE: CAPAZ ROTACIONAR P/LEITURA OPTICA COMPRIMENTO LUVA; RESULTADO: MEDIA, MINIMO, MAXIMO, APROVADO, REPROVADO;	SISTEMA AUTOMATIZADO DE ENSAIO DE COMPRIMENTO EM LUVAS DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E NAO CIRURGICOS. FABRICADO EM METAL E/OU PLASTICO. DOTADO DE LUZ LED INTEGRADA, COM ACIONAMENTO SIMPLES (PRESSIONANDO UMUNICO BOTAO). O SUPORTE (COLUNA) DA AMOSTRA DEVE SER CAPAZ DE ROTACIOCIONAR PARA QUE SEJA REALIZADA A LEITURA OPTICA DO COMPRIMENTO DA AMOSTRA. OS RESULTADOS DEVEM SER TRANSFERIDOS PARA COMPUTADOR COM SOFTWAREPROPRIO FORNECIDO (COMPATIVEL COM SISTEMA WINDOWS) E OS RESULTADOS CALCULADOS (MEDIA,MINIMO, MAXIMO, APROVADO, REPROVADO). ESTES DEVEM SERPASSIVEIS DE BACKUPS, IMPRESSAO E ARMAZENAMENTO SEGURO. O SOFTWARE DEVE PERMITIR INTEGRACAO COM OUTROS SOFTWARES PARA	1	00001 - 1,00 UNIDADE	5209	TCDO 0001/2025 Fonte: 92.1 UPG de entrega: 193	[x] Item Não-Planejado (Formulário SPFC-FM-0006 (SEI nº 104982923))	Nome: Adriane Zacarias Nunes Unid. Administrativa: Serviço de Ensaios Físicos Email: adriane.zacarias@funed.mg.gov.br Telefone: 4688

				PRODUCAO DE UM UNICOLAUDO/RELATORIO.						
6	1	1442422	SISTEMA AUTOMATIZADO ENSAIO DE LUVAS - TIPO: DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E NAO CIRURGICOS; MATERIA-PRIMA: METAL E/OU PLASTICO; LUZ: DOTADO DE LUZ LED INTEGRADA; ACIONAMENTO: SIMPLES (PRESSIONANDO UM UNICO BOTAO); SUPORTE: CAPAZ ROTACIONAR P/LEITURA OPTICA LARGURA LUVA; RESULTADO: MEDIA, MINIMO, MAXIMO, APROVADO, REPROVADO;	SISTEMA AUTOMATIZADO DE ENSAIO DE LARGURA EM LUVAS DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E NAO CIRURGICOS. FABRICADO EM METAL E/OU PLASTICO. DOTADO DE LUZ LED INTEGRADA,COM ACIONAMENTO SIMPLES(PRESSIONANDO UM UNICO BOTAO)O SUPORTE (COLUNA) DA AMOSTRA DEVE SER CAPAZ DE ROTACIONAR PARA QUESEJA REALIZADA A LEITURA OPTICA DA LARGURA DA AMOSTRA. OS RESULTADOSDEVEM SER TRANSFERIDOS PARA COMPUTADOR COM SOFTWARE PROPRIO FORNECIDO(COMPATIVEL COM SISTEMA WINDOWS),OS RESULTADOS CALCULADOS (MEDIA, MINIMO, MAXIMO, APROVADO, REPROVADO). ESTES DEVEM SER PASSIVEIS DE BACKUPSIMPRESSAO E ARMAZENAMENTO SEGURO. O SOFTWARE DEVE PERMITIR INTEGRACAOCOM OUTROS SOFTWARES PARA PRODUCAO DE UM UNICO LAUDO/RELATORIO.	1	00001 - 1,00 UNIDADE	5209	TCDO 0001/2025 Fonte: 92.1 UPG de entrega: 193	[x] Item Não-Planejado (Formulario SPPC-FM-0006 (SEI nº 104984692))	Nome: Adriane Zacarias Nunes Unid. Administrativa: Serviço de Ensaios Físicos Email: adriane.zacarias@funed.mg.gov.br Telefone: 4688
7	1	1848798	EQUIPAMENTOS PARA ENSAIOS FISICOS - IDENTIFICACAO: EQUIP. P/ DETECCAO DEVAZAMENTO DE AR EM SERINGAS;APLICACAO (1): CONECTORES PARAAPLICACOES INTRAVASCULARES;APLICACAO (2): CONECTORES PARAAPLICACOES HIPODERMICAS;ACESSORIOS: PESOS E CONECTORES;	EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO PARADETECCAO DE VAZAMENTO DE AR EM SERINGAS E CONECTORES PARAAPLICACOES INTRAVASCULARES OUHIPODERMICAS. DEVE ATENDER NORMASVIGENTES.	1	01750 - UNIDADE	5209	4457 - ATENDIMENTO DE ANÁLISES LABORATORIAIS DE INTERESSE DA SAÚDE PÚBLICA Fonte: 10.1 UPG de entrega: 454	[x] Item Planejado (SPPC-00748/2023)	Nome: Adriane Zacarias Nunes Unid. Administrativa: Serviço de Ensaios Físicos Email: adriane.zacarias@funed.mg.gov.br Telefone: 4688

1.2. Caracterização do Objeto:

- 1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 17 de março de 2023.

1.3. Especificação do Objeto/Descrição da Solução:

1.3.1. Lote 1 - Item 1: 1998722 (MAQUINA UNIVERSAL PARA ENSAIOS MECANICOS - APLICACAO: DISPOSITIVOS COM CONECTORES LUER (ISO 80369); GARRAS: PNEUMATICAS COM MORDENTES APROPRIADOS; CELULA: DE CARGA PARA FORCA AXIAL E TORQUE; AUMENTO: FORCA AXIAL: MINIMA 500 N, TORQUE: MINIMO DE 2NM; EXATIDAO: CLASSE 1, ISO 7500-1; EXTENSOMETRO: NAO APLICAVEL; SOFTWARE: PARAMETRIZADO PARA REALIZACAO DE ENSAIOS 80369-20);

- 1.3.1.1. Requisitos técnicos e funcionais mínimos:
- 1.3.1.1.1. O equipamento deve ser desenvolvido e testado para executar ensaios, mas não se limitam, em conformidade com a norma ISO 80369 (partes 1, 7, e 20).
- 1.3.1.1.2. Os ensaios a serem realizados incluem, mas não se limitam a: Ensaio de Vazamento por queda de pressão, ISO 80369-20, **Anexo B**; Ensaio de Vazamento de líquido com queda decrescente de pressão positiva, **Anexo C**; Ensaio para detecção de vazamento de ar por pressão subatmosférica, ISO 80369-20, **Anexo D**; Ensaio de Esforço de ruptura, ISO 80369-20, **Anexo E**; Ensaio para resistência à separação a partir de carga axial, ISO 80369-20, **Anexo F**; Ensaio de resistência à separação desatarraxante, ISO 80369-20:2021, **Anexo G**; Ensaio de Resistência à fadiga, ISO 80369-20, **Anexo H**; Ensaio de Desconexão desatarraxante, ISO 80369-20, **Anexo I**.
- 1.3.1.1.3. O sistema deve suportar rastreabilidade completa dos dados de ensaio e atender a requisitos regulatórios aplicáveis ao ambiente de dispositivos médicos.
- 1.3.1.1.4. O equipamento deve ser qualificado (instalação e operação) pelo fornecedor logo após a sua instalação.
- 1.3.1.1.5. Os sensores e instrumentos do equipamento devem ser calibrados.
- 1.3.1.1.6. O equipamento deve ser fornecido com tomada padrão ABNT 14136, 20 amperes e tensão de trabalho, preferencialmente 220 volts 60HZ.
- 1.3.1.1.7. O sistema deve ser configurado em uma única estação de ensaios universal, monocoluna, multifuncional, otimizado para ensaios conforme ISO 80369.
- 1.3.1.1.8. Fornecer computador de operação completo ou *dashboard* integrado com os seguintes requisitos mínimos:
- Painel operacional touchscreen industrial de no mínimo 21,5 polegadas com braço de montagem ajustável VESA;
 - Sistema operacional Windows 11 Enterprise LTSC, 16 GB RAM, 256 GB SSD,) para controle e monitoramento em tempo real de sistemas de testes mecânicos;
 - Cabos e conexões.
- 1.3.1.2. O sistema deve executar os seguintes ensaios:
- Vazamento por queda de pressão, ISO 80369-20:2024, **Anexo B**;
 - Ensaio de vazamento de líquido com queda decrescente de pressão positiva, ISO 80369-20:2024, **Anexo C**;
 - Ensaio para detecção de vazamento de ar por pressão subatmosférica, ISO 80369-20:2024, **Anexo D**;
 - Esforço de ruptura, ISO 80369-20:2024, **Anexo E**;
 - Ensaio para resistência à separação a partir de carga axial, ISO 80369-20:2024, **Anexo F**;
 - Ensaio de resistência à separação desatarraxante, ISO 80369-20:2024, **Anexo G**;
 - Resistência à fadiga, ISO 80369-20:2024, **Anexo H**;
 - Desconexão desatarraxante, ISO 80369-20:2024, **Anexo I**;
- 1.3.1.3. Os dispositivos médicos a serem ensaiados incluem, mas não se limitam a lista de dispositivos abaixo, conforme ABNT NBR ISO 80369-1:2022, localizado na Tabela E1 – aplicações de conectores de pequeno diâmetro:

Categoria de aplicação	Uso específico	Exemplos de DISPOSITIVOS MÉDICOS	Especificações de CONECTOR DE PEQUENO DIÂMETRO
Intravascular ou hipodérmica	CONEXÕES para acesso aos sistemas vasculares arterial e venoso; CONEXÕES para injeções e infiltrações subcutânea, intramuscular e intraperitoneal; DISPOSITIVOS MÉDICOS destinados a se conectarem a seringas	Orifício de acesso venoso; Cateter venoso central; Linhas de pressão arterial; Cateter de diagnóstico; Dispositivos extracorpóreos ; Seringas; Aglulhas hipodérmicas; Cateteres intravenosos periférico; Conjuntlo de administração intravenosa.	ISO 80639-7:2021

- 1.3.1.4. Deve ter capacidade de medição de força axial: mínima 500 N (tensão e compressão), Precisão da medição de força: Classe 1, conforme ISO 7500-1, na faixa de 1% a 100% da capacidade da célula de carga.
- 1.3.1.5. Deve ter capacidade de medição de torque: mínimo de 2Nm (preferencialmente iniciando de valores tão baixos quanto 0,05Nm).

- 1.3.1.6. Deve ser equipado com células de carga estáticas e/ou biaxiais (força e torque), e sensores de torque dedicados, conforme a configuração necessária para os ensaios.
- 1.3.1.7. Deve possuir módulo de Controle de Pressão/Vácuo: Integrado ao sistema de controle, com ajuste digital e capacidade de programar rampas, degraus e patamares de pressão/vácuo, com armazenamento dos parâmetros utilizados em cada ensaio para ensaios de vazamento por decaimento de pressão e ensaios de pressão subatmosférica.
- Faixa de pressão/vácuo: Mínimo de -0,8 bar (vácuo) a 5 bar (pressão positiva).
 - Exatidão da medição de pressão/vácuo: Mínimo de 0,05% do valor medido ou fundo de escala, o que for mais restritivo, na faixa de medição aplicável aos ensaios.
 - Transdutores: Utilização de transdutores de pressão/vácuo de alta precisão, devidamente calibrados.
- 1.3.1.8. O módulo de Controle de Pressão/Vácuo deve vir acompanhado de todos acessórios, mangueiras, conexões e mecanismos de adaptações para seu perfeito funcionamento.
- 1.3.1.9. O sistema de torque integrado deve ser capaz de funcionar na faixa de rotação de 0,002 a 80 RPM.
- 1.3.1.10. Deve vir acompanhado de acessórios e dispositivos de Fixação (*Fixtures*): O fornecimento deve incluir um conjunto completo de acessórios, adaptadores, garras pneumáticas, mordentes e dispositivos de fixação (*fixtures*) para acomodar e testar uma variedade de dispositivos médicos, incluindo, mas não se limitando a lista conforme item 1.3.1.3.
- 1.3.1.11. Os dispositivos de fixação devem possuir mecanismos para garantir o alinhamento axial e angular preciso das amostras durante os ensaios.
- 1.3.1.12. **Para conectores Luer com geometrias complexas**, o fornecedor deve desenvolver, projetar/modelar e fornecer cinco (05) pares de dispositivos (mordentes) capazes de fixar adequadamente os conectores.
- 1.3.1.13. Devem ser fornecidos, para evitar a aplicação de forças ou torques indesejados durante a fase de acoplamento, mecanismos capazes realizar compensação para conexão com rosca (ex: **Luer Lock**).
- 1.3.1.14. Deve ser fornecido 1(um) conjunto completo de conectores referência ISO 80369-7:2021 (C1 a C6), **calibrados**, compostos por:
- Figura C.1 – Conector Luer Lock de referência fêmea para testar conectores Luer Lock macho quanto a vazamento, separação por desenroscamento, rachaduras por estresse e características não interconectáveis.
 - Figura C.2 – Conector Luer Slip de referência macho para testar conectores Luer fêmeas quanto a vazamento, separação de carga axial, fissuras por tensão e características não interconectáveis.
 - Figura C.3 - Conector de referência fêmea para teste do conector Luer Lock macho para separação da carga axial e resistência à sobreposição.
 - Figura C.4 – Conector Luer Lock de referência macho para testar conectores Luer fêmeas quanto a vazamento, separação por desenroscamento, rachaduras por estresse e características não interconectáveis.;
 - Figura C.5 – Conector Luer Slip de referência fêmea para testar conectores Luer machos quanto a vazamento, separação de carga axial, fissuras por tensão e características não interconectáveis.
 - Figura C.6 – Conector de referência macho para testar o conector Luer Lock fêmea para separação da carga axial e resistência à sobreposição.
- 1.3.1.15. Software de Controle:
- O equipamento deve possuir software dedicado, intuitivo e robusto, capaz de controlar os movimentos da máquina, aquisição de dados de força, torque, deslocamento, tempo, pressão/vácuo e outros parâmetros relevantes.
 - O software deve possuir um módulo para criação e gerenciamento flexível de métodos de ensaio, permitindo a configuração de sequências complexas de passos (movimento, medição, aplicação/liberação de pressão/vácuo, espera, etc.).
 - O software deve possuir todos os métodos de ensaios parametrizados, conforme ISO 80369 (particularmente partes 1, 7, e 20), devidamente instalados e configurados pelo fabricante, de forma que o usuário já possa operá-lo prontamente.
 - O software deve ser capaz de realizar avaliação estatística completa dos resultados obtidos e monitoramento das tolerâncias;
 - O software deve garantir a rastreabilidade completa dos dados de ensaio, incluindo identificação da amostra, do operador, do método de ensaio, data e hora, resultados brutos e calculados, e histórico de alterações.
 - O software deve garantir o monitoramento de atividades como: Registro login de usuários, permissões e alterações nas configurações do sistema.
 - O software deve ser fornecido preferencialmente em idioma português (Brasil), não sendo possível, será aceito em idioma Inglês;
 - **Sistema de Banco de Dados:** Os dados de ensaio, métodos, usuários e trilhas de auditoria devem ser armazenados em um banco de dados seguro (ex: SQL Server Express ou similar), com funcionalidades de **controle de auditoria (Audit Trail) inviolável**, controle de versão de métodos, gerenciamento de usuários com diferentes níveis de acesso e suporte a assinaturas eletrônicas. deve também ser capaz de fazer armazenamento seguro de ações como criação, modificação, aprovação, rejeição, exclusão ou recuperação de arquivos.
 - O software deve suportar a execução de protocolos de validação de instalação (IQ) e qualificação de operação (OQ).
 - O software deve ser capaz de gerar relatórios de ensaio customizáveis, em formatos compatíveis com sistemas de gerenciamento de informações de laboratório e outras aplicações de dados (ex: PDF, CSV, XML).

1.3.1.16. O software e o sistema de gerenciamento de dados devem ser compatíveis e auxiliar na conformidade com as boas práticas de fabricação (GMP) e regulamentos aplicáveis a dispositivos médicos, incluindo, mas não se limitando a:

- FDA 21 CFR Part 11 (registros eletrônicos e assinaturas eletrônicas).
- RDC 665/2022 da ANVISA ou regulamento que a suceder.
- RDC 512/2021 da ANVISA ou regulamento que a suceder.
- NR-12 Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

1.3.1.17. Documentação:

- O equipamento deve vir incluindo com as seguintes documentações: Declaração de conformidade CE, laudo de apreciação de riscos e ART para NR12, assinado por engenheiro de segurança do trabalho, manuais de operação e manutenção, diagramas elétricos/pneumáticos, certificados de calibração rastreáveis a padrões nacionais ou internacionais (ex: RBC, NIST), e a documentação de validação de software, deve ser fornecida preferencialmente em português (Brasil);
- Antes da entrega do equipamento, a empresa ganhadora deve encaminhar, via e-mail, os seguintes documentos: os requisitos para instalação, qualificação, do funcionamento e do treinamento operacional do equipamento, detalhando cronogramas, etapas e o tempo de duração de cada ação, a qual deve ser aprovada pela equipe da FUNED.
- A Qualificação de Instalação e operação deve ser executado conforme protocolo do fabricante do equipamento devidamente aprovado pelo FUNED.
- Os protocolos de qualificação a ser utilizado deve ser encaminhado à área solicitante com antecedência de 30 dias úteis para avaliação e será aprovado em até 10 dias úteis . As qualificações de instalação e de operação deverão ser realizadas logo após a instalação do equipamento;
- As calibrações devem ser realizadas por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios Designados que sejam signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM de acordo com a NIT-DICLA-0030 e acreditado nas grandezas específicas a serem calibradas;

1.3.1.18. Instalação , Calibração , Qualificação e Treinamento operacional:

- A instalação do equipamento no local indicado é de inteira responsabilidade do fornecedor, sendo também sua responsabilidade todas as despesas relacionadas à prestação desse serviço. Caso a instalação não ocorra na mesma data da entrega, o equipamento deve permanecer acondicionado em sua embalagem original até que o fornecedor realize sua instalação. A abertura da embalagem será feita exclusivamente pelo fornecedor, no dia da instalação, visando assegurar a correta conferência quantitativa e preservar a integridade física dos itens entregues.
- Os pontos de utilidades (energia elétrica, ar comprimido, água, entre outros) serão disponibilizados pela FUNED, em conformidade com as especificações técnicas e projetos de instalação fornecidos previamente, estando posicionados a uma distância máxima de 2 metros do local de instalação. Caso sejam necessários acessórios adicionais como mangueiras ou conexões para completar a instalação, tais itens devem ser fornecidos pelo fornecedor sem ônus adicional à FUNED.
- A instalação, qualificação e o treinamento operacional do equipamento devem ser feitos por técnicos treinados pelo fabricante, treinamento para 5 colaboradores, sendo que as respectivas despesas deverão correr por conta da empresa fornecedora.
- Deve ser previsto um treinamento operacional aprofundado em função da complexidade do sistema (especialmente para configuração de métodos no software);
- Durante o treinamento operacional, é necessário realizar pelo menos um ensaio de cada anexo da ISO 80369-20 com o técnico do fornecedor, para verificar e assegurar a configuração correta de métodos.
- O equipamento deve ser **fornecido calibrado nas grandezas força axial, torque, deslocamento e velocidade, pressão**. Os erros e as incertezas de medição devem ser declarados no certificado de calibração. O critério de aceitação/erro máximo admissível (EMA) deve estar conforme especificações apresentadas pelo fabricante. A calibração deve ser realizada por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios Designados que sejam signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM de acordo com a NIT-DICLA-0030 e acreditado nas grandezas específicas a serem calibradas. Para a grandeza torque, será aceito calibração rastreável.

1.3.1.19. CONDIÇÕES GERAIS

1.3.1.19.1. O proponente deve apresentar proposta detalhada que descreva as especificações técnicas do equipamento ofertado, inclusive o software comprovando o atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência.

1.3.1.19.2. O fornecedor deve possuir estrutura de assistência técnica própria ou homologada e sediada no Brasil, com capacidade para oferecer suporte técnico especializado, manutenção preventiva/corretiva, calibração e qualificações (IQ/OQ).

1.3.1.19.3. O prazo máximo de resposta para chamados técnicos (início do atendimento remoto ou presencial) deve ser de 72 horas.

1.3.1.19.4. Certificados de calibração e rastreabilidade metrológica de todos os sensores (força, torque, pressão/vácuo, deslocamento) devem ser fornecidos no momento da entrega e instalação.

1.3.1.19.5. O prazo de garantia contratual fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, complementar à garantia legal, deve ser de 24 (vinte e quatro) meses, contados após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante. No período de garantia, considerando a legal e a complementar, além das calibrações iniciais(instalação), devem estar inclusos 02(dois) serviços de manutenção preventiva, **02(dois) calibrações nas grandezas força axial, torque, deslocamento e velocidade com a emissão dos certificados**, e manutenção(ões) corretiva(s) necessária(s), sem ônus de viagem, transporte, alimentação ou estadia pela Funed.

- 1.3.1.19.6. As calibrações adicionais devem ser realizadas após 12 e 24 meses da calibração inicial (instalação).
- 1.3.1.19.7. As manutenções preventivas deverão ser realizadas no primeiro ano de operação e no segundo ano de operação, ou quando solicitado pela Funed.
- 1.3.1.19.8. Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado. Todas as peças necessárias para manutenção corretiva deverão ser fornecidas sem ônus para a FUNED durante o período de garantia do equipamento. Caso o equipamento seja fornecido por DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, a empresa deverá oferecer garantia subsidiária, dada pelo fabricante, que continuará válida ainda que o distribuidor seja eventualmente descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestado pela Assistência Técnica Autorizada.
- 1.3.1.19.9. **Entrega e transporte:** A entrega deve ser realizada de acordo com o *Incoterm CIP*-Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins. Neste *Incoterm*, o fornecedor deve ser responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o local indicado.
- 1.3.2. **Lote 2 - Item 1: 1740903 (MEDIDOR DE ESPESSURA)**
- 1.3.2.1. Medidor de espessura digital com visor em LCD; com pé-de-medição de base reta circular e diâmetro entre 3 mm e 10 mm; com relógio comparador digital integrado, resolução mínima de 0,001 mm; deve acompanhar software para geração de resultados e controle de usuários e bateria 3V para alimentação de energia.
- 1.3.2.2. Características técnicas do medidor de espessura:

• Faixa de medição: 0 a 12,5 mm;

• Resolução: 0,001 mm (ou menor);

• Precisão: ±0,002 mm na faixa de 0–0,1 mm;

• Ponto de contato: aço inox, entre 3 mm e 10 mm de diâmetro;

• Pressão de contato: 22 kPa ± 4 kPa;

• Exibição: LCD com dígitos de aproximadamente 8,5 mm, rotação até 360°;

• Calibração: multipontos com lâminas de 0,03 a 0,50 mm;

• Software: com estatísticas, rastreabilidade e backup;

• Compatibilidade: Windows 10 superior;
- 1.3.2.3. Deve ser fornecido o adaptador serial para USB.
- 1.3.2.4. O Medidor de espessura deve possuir um sistema integrado de medição de espessura para testes de preservativos (masculinos e femininos), luvas e amostras do haltere (corpo de prova) de luva, permitindo múltiplas leituras por amostra e medição de parede dupla, em conformidade com padrões internacionais.
- 1.3.2.5. Deve ser fornecido 1(um) calibrador de folgas com lâminas que variam de 0,03 a 0,50mm.
- 1.3.2.6. O equipamento deve ser qualificado (instalação e operação) pelo fornecedor logo após a sua instalação. Todo material necessário para a realização da qualificação será de responsabilidade do fornecedor. Após qualificação o fornecedor deve proporcionar treinamento da equipe do laboratório, capacitando a equipe efetivamente para operar o equipamento.
- 1.3.2.7. O equipamento deve ser apropriado (desenvolvido e testado) para a realização dos ensaios nos produtos listados abaixo, conforme padrões que estão definidos nas seguintes normas e documentos de referência:

PRODUTO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	ENSAIOS	BASE NORMATIVA
Luvas para exame médico de uso único (Luvas de Borracha)	Resolução ANVISA RDC n.825/2023	Ensaio de dimensões (Espessura) 6.1	ABNT NBR ISO 11193-1:2015, item 6.1
Luvas para exame médico de uso único (Luvas de policloreto de vinila)	Resolução ANVISA RDC n.825/2023	Ensaio de dimensões (Espessura) 6.1	ABNT NBR ISO 11193-2:2013, item 6.1
Luvas cirúrgicas de borracha, estéreis ou a serem esterilizadas, de uso único	Resolução ANVISA RDC n.825/2023	Ensaio de dimensões (Espessura) 6.1	ABNT NBR ISO 10282:2014, item 6.1

1.3.2.8. O equipamento deve também ser apropriado (desenvolvido e testado) para ensaios de espessura em preservativos masculinos (ISO 4074) e femininos (ISO 25841).

1.3.2.9. Caso as Normas mencionadas sejam revogadas, a empresa deve assegurar que os equipamentos cumpram as exigências da norma em vigor.

1.3.2.10. Calibração: O equipamento deve ser fornecido calibrado na grandeza dimensional (espessura) em pontos compreendidos na faixa de 0,03 mm a 3,00 mm, Os erros e as incertezas de medição devem ser declarados no certificado de calibração. O critério de aceitação/erro máximo admissível (EMA) deve estar conforme especificações apresentadas pelo fabricante. A calibração deve ser realizada por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios Designados que sejam signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM de acordo com a NIT-DICLA-0030 e acreditado nas grandezas específicas a serem calibradas.

1.3.2.11. A Qualificação de Instalação e operação deve ser executado conforme protocolo do fabricante do equipamento devidamente aprovado pela FUNED.

1.3.2.12. Os protocolos de qualificação a ser utilizado deve ser encaminhado à área solicitante com antecedência de 30 dias úteis para avaliação e será aprovado em até 10 dias úteis . As qualificações de instalação e de operação devem ser realizadas logo após a instalação do equipamento;

1.3.2.13. Documentação:

- Toda a documentação técnica do equipamento, incluindo manuais de operação e manutenção, diagramas elétricos/pneumáticos, certificados de calibração rastreáveis a padrões nacionais ou internacionais (ex: RBC, NIST), e documentação de validação de software e protocolos de qualificação de QI e QO deve ser fornecida preferencialmente em português (Brasil).
- Antes da entrega do produto, a empresa ganhadora deve encaminhar, via e-mail, documentação de verificação da instalação, da qualificação, do funcionamento e do treinamento operacional do equipamento, detalhando cronogramas, etapas e o tempo de duração de cada ação, a qual deve ser aprovada pela equipe da FUNED.

1.3.2.14. Instalação e Treinamento:

- A instalação do equipamento no local indicado é de inteira responsabilidade do fornecedor, sendo também sua responsabilidade todas as despesas relacionadas à prestação desse serviço. Caso a instalação não ocorra na mesma data da entrega, o equipamento deverá permanecer acondicionado em sua embalagem original até que o fornecedor realize sua instalação. A abertura da embalagem será feita exclusivamente pelo fornecedor, no dia da instalação, visando assegurar a correta conferência quantitativa e preservar a integridade física dos itens entregues.
- Os pontos de utilidades (energia elétrica, ar comprimido, água, entre outros), quando necessários, serão disponibilizados pela FUNED, em conformidade com as especificações técnicas e projetos de instalação fornecidos previamente, estando posicionados a uma distância máxima de 2 metros do local de instalação. Caso sejam necessários acessórios adicionais como mangueiras ou conexões para completar a instalação, tais itens deverão ser fornecidos pelo fornecedor sem ônus adicional à FUNED.
- A instalação, qualificação e o treinamento operacional do equipamento devem ser feitos por técnicos treinados pelo fabricante, sendo que todas as despesas devem correr por conta da empresa fornecedora.

1.3.2.15. CONDIÇÕES GERAIS

1.3.2.15.1. O fornecedor deve possuir estrutura de assistência técnica própria ou homologada e sediada no Brasil, com capacidade para oferecer suporte técnico especializado, manutenção preventiva/corretiva, calibração e qualificações (IQ/OQ).

1.3.2.15.2. O prazo máximo de resposta para chamados técnicos (início do atendimento remoto ou presencial) deve ser de 72 horas.

1.3.2.15.3. O proponente deve apresentar proposta detalhada que descreva as especificações técnicas do equipamento ofertado, comprovando o atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência.

1.3.2.15.4. Certificados de calibração e rastreabilidade metrológica devem ser fornecidos no momento da entrega e instalação.

1.3.2.15.5. **Garantia total de 12 (doze) meses**, fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, contado após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante. Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado.

1.3.2.15.6. As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento.

1.3.2.15.7. A empresa deve fornecer todas as peças necessárias para manutenção corretiva, sem ônus para a FUNED durante o período de garantia do equipamento.

1.3.2.15.8. A empresa terá que oferecer garantia subsidiária que é aquela dada pelo fabricante ao cliente que adquire o produto do DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, mesmo que o distribuidor seja descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestada pela Assistência Técnica Autorizada.

1.3.2.15.9. A entrega deve ser realizada de acordo com o *Incoterm DPU-Entregue* na Fundação Ezequiel Dias. Neste *Incoterm*, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, handling, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.

1.3.2.15.10. **Lote 3 - Item 1: 250031 (SISTEMA P/ DETERMINAÇÃO DO DIAMETRO EM SERINGAS)**

1.3.2.16. O sistema é composto por 27(Vinte e sete) estiletes sendo 26(Vinte e seis) para determinação do diâmetro interno de agulhas e 1(um) para bico de seringas, conforme as dimensões abaixo:

- Seringa: Estilete de Lúmen do Bocal: Para verificar o bico tem um diâmetro não inferior a 1,2mm;
- Agulha: Conjunto de Estilete de Lúmen: Diâmetros externos: 0,110mm, 0,130mm, 0,150mm, 0,180mm, 0,190mm, 0,210mm, 0,220mm, 0,230mm, 0,250mm, 0,270mm, 0,290mm, 0,300mm, 0,350mm, 0,370mm, 0,400mm, 0,420mm, 0,440mm, 0,480mm, 0,490mm, 0,500mm, 0,580mm, 0,600mm, 0,680mm, 0,700mm, 0,730mm e 0,830mm.

- 1.3.2.17. Cada estilete deve vir identificado (gravado) com seu diâmetro nominal, para evitar confusão no uso. Por exemplo, gravar “0,250 mm” ou um código.
- 1.3.2.18. Os estiletes devem vir com um estojo que os organize em sequência, protegendo-os de danos.
- 1.3.2.19. Os estiletes devem ser fornecidos calibrados. O critério de aceitação/erro máximo admissível (EMA) deve estar conforme especificações apresentadas pelo fabricante. A calibração deve ser realizada por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios Designados que sejam signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM de acordo com a NIT-DICLA-0030 e acreditado nas grandezas específicas a serem calibradas. Cada estilete deverá ser calibrado de acordo com sua espessura específica (mm).
- 1.3.2.20. O equipamento deve ser apropriado (desenvolvido e testado) para a realização dos ensaios nos produtos listados abaixo, conforme padrões que estão definidos nas seguintes normas e documentos de referência:

PRODUTO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	ENSAIOS	BASE NORMATIVA
Seringa hipodérmica estéril de uso único	-	Verificação de diâmetro interno do lúmen do bico	ISO 7886-1:2017, item 12.3
Agulhas hipodérmicas estéreis de uso único	-	Patência do lúmen	ISO 7864:2016, item 4.13

- 1.3.2.21. Caso as Normas mencionadas sejam revogadas, a empresa deve assegurar que os equipamentos cumpram as exigências da norma em vigor.
- 1.3.2.22. Garantia e Assistência Técnica: Garantia total de 12 meses, fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante. Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado. A empresa deve fornecer todas as peças necessárias para manutenção corretiva, sem ônus para a FUNED durante o período de garantia do equipamento. A empresa terá que oferecer garantia subsidiária que é aquela dada pelo fabricante ao cliente que adquire o produto do DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, mesmo que o distribuidor seja descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestada pela Assistência Técnica Autorizada.
- 1.3.2.23. A entrega deve ser realizada de acordo com o Incoterm DPU-Entregue na Fundação Ezequiel Dias. Neste Incoterm, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, handling, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.
- 1.3.3. **Lote 4 - Item 1: 1229788 (TESTADOR VISUAL DE FUROS OU VAZAMENTOS EM LUVA)**
- 1.3.3.1. O equipamento deve ser fornecido com 1(um) Carrossel para 5 amostras para preservativos masculinos(ABNT NBR ISO 4074), 1(um) Carrossel para 5 amostras de preservativos femininos (ABNT NBR ISO 25841) e 1(um) Carrossel para 5 amostras de luvas.
- 1.3.3.2. Deve possuir reservatório conectado a um sistema de alimentação de água por meio de bomba, e sensor para nível de água - Carrossel para 5 amostras de luvas, com capacidade de troca de carrosséis para realização de ensaios/testes em outros materiais - Painel de controle para seleção de nº de amostras.
- 1.3.3.3. O Equipamento deve possuir as seguintes características funcionais e estruturais:

- Capacidade para 5 amostras por carrossel;
- Sistema de enchimento automático, com volume de 1 litro por amostra;
- Reservatório de água integrado ao corpo do equipamento;
- Sistema de recirculação automática de água após o teste;
- Controle de volume, Medição e dosagem por tanque calibrado com sensor de nível;
- Lâmpadas LED em braços ajustáveis para facilitar a visualização de furos;
- Estrutura em aço inoxidável e tanque de enchimento em acrílico;
- Carrosséis intercambiáveis para preservativos masculinos, femininos ou luvas;
- Possuir sensor de nível de água, evitando transbordamento.

- 1.3.3.4. O equipamento deve ser fornecido com tomada padrão ABNT 14136, 20 amperes e tensão de trabalho preferencialmente 220 volts ou bivolt.

- 1.3.3.5. O equipamento deve ser qualificado (instalação, operação) pelo fornecedor logo após a sua instalação. Todo material necessário para a realização da qualificação será de responsabilidade do fornecedor. Após qualificação o fornecedor deve proporcionar treinamento da equipe do laboratório, capacitando a equipe efetivamente para operar o equipamento.
- 1.3.3.6. O equipamento deve ser apropriado (desenvolvido e testado) para a realização dos ensaios abaixo, conforme padrões definidos nas normas e documentos de referência indicados:

PRODUTO	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	ENSAIOS	BASE NORMATIVA
Luas para exame médico de uso único (Luvas de Borracha)	Resolução ANVISA RDC n.825/2023	Ensaio de Impermeabilidade (presença de furos)	ABNT NBR ISO 11193-1/2015, item 6.2, Anexo A
Luas para exame médico de uso único (Luvas de policloreto de vinila)	Resolução ANVISA RDC n.825/2023	Ensaio de Impermeabilidade (presença de furos)	ABNT NBR ISO 11193-2/2013 item 6.2, Anexo A
Luvas cirúrgicas de borracha, estéreis ou a serem esterilizadas, de uso único	Resolução ANVISA RDC n.825/2023	Ensaio de Impermeabilidade à água	ABNT NBR ISO 10282/2014 item 6.2, Anexo A
Preservativos masculinos	Resolução ANVISA RDC n.554/2021	Ensaio de Verificação de orifícios	ISO 4074, ASTM D3492
Preservativos femininos	Resolução ANVISA RDC n.554/2021	Ensaio de Verificação de orifícios	ISO 25841 (Anexo K)

- 1.3.3.7. Caso as Normas mencionadas sejam revogadas, a empresa deve assegurar que os equipamentos cumpram as exigências da norma em vigor.
- 1.3.3.8. Calibração: O equipamento deve ser fornecido calibrado na grandeza volume (ml), Os erros e as incertezas de medição devem ser declarados no certificado de calibração, com critério de aceitação/erro máximo admissível (EMA) conforme especificações apresentadas pelo fabricante. A calibração deve ser realizada por laboratório pertencente a Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios Designados que sejam signatários do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM, de acordo com a NIT-DICLA-0030, e acreditado na grandeza específica a ser calibrada.
- 1.3.3.9. A Qualificação de Instalação e operação deve ser executado conforme protocolo do fabricante do equipamento devidamente aprovado pelo FUNED.
- 1.3.3.10. Os protocolos de qualificação a ser utilizado deve ser encaminhado à área solicitante com antecedência de 30 dias úteis para avaliação e será aprovado em até 10 dias úteis . As qualificações de instalação e de operação deverão ser realizadas logo após a instalação do equipamento;
- 1.3.3.11. Documentação:
- Toda a documentação técnica do equipamento, incluindo manuais de operação e manutenção, diagramas elétricos/pneumáticos, certificados de calibração rastreáveis a padrões nacionais ou internacionais (ex: RBC, NIST), e documentação de validação de software e protocolos de qualificação de QI e QO deve ser fornecida preferencialmente em português (Brasil).
 - Antes da entrega do produto, a empresa ganhadora deve encaminhar, via e-mail, documentação de verificação da instalação, da qualificação, do funcionamento e do treinamento operacional do equipamento, detalhando cronogramas, etapas e o tempo de duração de cada ação, a qual deve ser aprovada pela equipe da FUNED.
- 1.3.3.12. Instalação e Treinamento:
- A instalação do equipamento no local indicado é de inteira responsabilidade do fornecedor, sendo também sua responsabilidade todas as despesas relacionadas à prestação desse serviço. Caso a instalação não ocorra na mesma data da entrega, o equipamento deverá permanecer acondicionado em sua embalagem original até que o fornecedor realize sua instalação. A abertura da embalagem será feita exclusivamente pelo fornecedor, no dia da instalação, visando assegurar a correta conferência quantitativa e preservar a integridade física dos itens entregues.
 - Os pontos de utilidades (energia elétrica, ar comprimido, água, entre outros), quando necessários, serão disponibilizados pela FUNED, em conformidade com as especificações técnicas e projetos de instalação fornecidos previamente, estando posicionados a uma distância máxima de 2 metros do local de instalação. Caso sejam necessários acessórios adicionais como mangueiras ou conexões para completar a instalação, tais itens deverão ser fornecidos pelo fornecedor sem ônus adicional à FUNED.
 - A instalação, qualificação e o treinamento operacional do equipamento devem ser feitos por técnicos treinados pelo fabricante, sendo que todas as despesas devem correr por conta da empresa fornecedora.

1.3.3.13. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.3.3.13.1. O fornecedor deve possuir estrutura de assistência técnica própria ou homologada e sediada no Brasil, com capacidade para oferecer suporte técnico especializado, manutenção preventiva/corretiva, calibração e qualificações (IQ/OQ).
- 1.3.3.13.2. O prazo máximo de resposta para chamados técnicos (início do atendimento remoto ou presencial) deve ser de 72 horas.
- 1.3.3.13.3. O proponente deve apresentar proposta detalhada que descreva as especificações técnicas do equipamento ofertado, comprovando o atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência.
- 1.3.3.13.4. Certificados de calibração e rastreabilidade metrológica devem ser fornecidos no momento da entrega e instalação.
- 1.3.3.13.5. Garantia total de 12(doze) meses, fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, contado após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante. Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado.
- 1.3.3.13.6. As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento.
- 1.3.3.13.7. A empresa deve fornecer todas as peças necessárias para manutenção corretiva, sem ônus para a FUNED durante o período de garantia do equipamento.
- 1.3.3.13.8. A empresa terá que oferecer garantia subsidiária que é aquela dada pelo fabricante ao cliente que adquire o produto do DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, mesmo que o distribuidor seja descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestada pela Assistência Técnica Autorizada.
- 1.3.3.13.9. A entrega deve ser realizada de acordo com o *Incoterm DPU-Entregue* na Fundação Ezequiel Dias. Neste *Incoterm*, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, *handling*, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.
- 1.3.4. **Lote 5 - Item 1: 1223348 (SISTEMA AUTOMATIZADO ENSAIO DE LUVAS - P/LEITURA OPTICA DO COMPRIMENTO DA LUVA):**
- 1.3.4.1. O sistema automatizado deve ser apropriado para *medição precisa da extensão longitudinal (comprimento) de luvas*.
- 1.3.4.2. Deve ser fabricado em metal e/ou plástico e ser dotado de:
- Luz de led integrada, com acionamento simples;
 - Suporte (coluna) da amostra capaz de rotacionar para que seja realizada a leitura óptica do comprimento total da amostra;
 - Software com interface gráfica;
 - Permite emissão de relatórios e estatísticas (média, mínimo, máximo, aprovação/reprovação);
 - Armazenamento digital automático e visualização em tela;
 - Posto giratório para alinhamento do ponto de menor extensão;
 - Compatibilidade: Windows versão vigente.
- 1.3.4.3. Deve ser fornecido com **1(um) kit de calibração** para verificação do equipamento que **deve vir calibrado**.
- 1.3.4.4. O equipamento deve ser qualificado qualificado (instalação, operação) pelo fornecedor logo após a sua instalação. Todo material necessário para a realização da qualificação será de responsabilidade do fornecedor. Após qualificação o fornecedor deverá proporcionar treinamento da equipe do laboratório, capacitando a equipe efetivamente para operar o equipamento.
- 1.3.4.5. O equipamento deve ser apropriado (desenvolvido e testado) para a realização dos ensaios abaixo, conforme padrões definidos nas normas ABNT/ISO/ASTM indicados:

BASE NORMATIVA ABNT/ISO/ASTM			
Ensaio	Luvas cirúrgicas	Luvas para procedimentos não cirúrgicos	Luvas para procedimentos não cirúrgicos
Dimensões físicas (comprimento)	ABNT NBR ISO 10282; ASTM D3577	ABNT NBR ISO 11193-1; ASTM D3578; ASTM D6319; ASTM D6977	ABNT NBR ISO 11193-2, ASTM D5250

- 1.3.4.6. Caso as Normas mencionadas sejam revogadas, a empresa deve assegurar que os equipamentos cumpram as exigências da norma em vigor.
- 1.3.4.7. **Calibração:** O equipamento deve ser fornecido calibrado compreendendo toda a faixa de medição do equipamento. Os erros e as incertezas de medição devem ser declarados no certificado de calibração. O critério de aceitação/erro máximo admissível (EMA) deve estar conforme especificações apresentadas pelo fabricante. A calibração deve ser realizada por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios

Designados que sejam signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM de acordo com a NIT-DICLA-0030 e acreditado nas grandezas específicas a serem calibradas

1.3.4.8. A Qualificação de Instalação e operação deve ser executado conforme protocolo do fabricante do equipamento devidamente aprovado pelo FUNED.

1.3.4.9. Os protocolos de qualificação a ser utilizado deve ser encaminhado à área solicitante com antecedência de 30 dias úteis para avaliação e será aprovado em até 10 dias úteis . As qualificações de instalação e de operação deverão ser realizadas logo após a instalação do equipamento;

1.3.4.10. Documentação:

- Toda a documentação técnica do equipamento, incluindo manuais de operação e manutenção, diagramas elétricos/pneumáticos, certificados de calibração rastreáveis a padrões nacionais ou internacionais (ex: RBC, NIST), e documentação de validação de software e protocolos de qualificação de QI e QO deve ser fornecida preferencialmente em português (Brasil).
- Antes da entrega do produto, a empresa ganhadora deve encaminhar, via e-mail, documentação de verificação da instalação, da qualificação, do funcionamento e do treinamento operacional do equipamento, detalhando cronogramas, etapas e o tempo de duração de cada ação, a qual deve ser aprovada pela equipe da FUNED.

1.3.4.11. Instalação e Treinamento:

- A instalação do equipamento no local indicado é de inteira responsabilidade do fornecedor, sendo também sua responsabilidade todas as despesas relacionadas à prestação desse serviço. Caso a instalação não ocorra na mesma data da entrega, o equipamento deve permanecer acondicionado em sua embalagem original até que o fornecedor realize sua instalação. A abertura da embalagem será feita exclusivamente pelo fornecedor, no dia da instalação, visando assegurar a correta conferência quantitativa e preservar a integridade física dos itens entregues.
- Os pontos de utilidades (energia elétrica, ar comprimido, água, entre outros), quando necessários, serão disponibilizados pela FUNED, em conformidade com as especificações técnicas e projetos de instalação fornecidos previamente, estando posicionados a uma distância máxima de 2 metros do local de instalação. Caso sejam necessários acessórios adicionais como mangueiras ou conexões para completar a instalação, tais itens deverão ser fornecidos pelo fornecedor sem ônus adicional à FUNED.
- A instalação, qualificação e o treinamento operacional do equipamento devem ser feitos por técnicos treinados pelo fabricante, sendo que todas as despesas devem correr por conta da empresa fornecedora.

1.3.4.12. CONDIÇÕES GERAIS

1.3.4.12.1. O fornecedor deve possuir estrutura de assistência técnica própria ou homologada e sediada no Brasil, com capacidade para oferecer suporte técnico especializado, manutenção preventiva/corretiva, calibração e qualificações (IQ/OQ).

1.3.4.12.2. O prazo máximo de resposta para chamados técnicos (início do atendimento remoto ou presencial) deve ser de 72 horas

1.3.4.12.3. O proponente deve apresentar proposta detalhada que descreva as especificações técnicas do equipamento ofertado, comprovando o atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência.

1.3.4.12.4. Certificados de calibração e rastreabilidade metrológica devem ser fornecidos no momento da entrega e instalação.

1.3.4.12.5. Garantia total de 12 (doze) meses, fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, contado após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante.

1.3.4.12.6. Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado.

1.3.4.12.7. As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento.

1.3.4.12.8. A empresa deve fornecer todas as peças necessárias para manutenção corretiva, **sem ônus para a FUNED durante o período de garantia do equipamento.**

1.3.4.12.9. A empresa terá que oferecer garantia subsidiária que é aquela dada pelo fabricante ao cliente que adquire o produto do DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, mesmo que o distribuidor seja descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestada pela Assistência Técnica Autorizada.

1.3.4.12.10. A entrega deve ser realizada de acordo com o *Incoterm DPU*-Entregue na Fundação Ezequiel Dias. Neste Incoterm, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, handling, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.

1.3.5. **Lote 6 - Item 1: 1442422 (SISTEMA AUTOMATIZADO ENSAIO DE LUVAS - P/LEITURA OPTICA DA LARGURA DA LUVA):**

1.3.5.1. O sistema automatizado destinado à **medição precisa da largura de luvas.**

1.3.5.2. Deve ser fabricado em metal e/ou plástico e ser dotado de:

- Luz de led integrada, com acionamento simples;
- suporte capaz de posicionar a luva corretamente para leitura óptica da largura.
- Cálculo de média, mínimo, máximo e status aprovado/reprovado por faixa limite.
- Local de leitura ajustável na interface do software

- Armazenamento digital automático e visualização em tela
- Compatibilidade: *Windows* versão vigente
- Permite emissão de relatórios e estatísticas (média, mínimo, máximo, aprovação/reprovação);

1.3.5.3. Deve ser fornecido com **1(um) kit de calibração** para verificação do equipamento que **deve vir calibrado**.

1.3.5.4. O equipamento será qualificado (instalação, operação) pelo fornecedor logo após a sua instalação. Todo material necessário para a realização da qualificação será de responsabilidade do fornecedor. Após qualificação o fornecedor deverá proporcionar treinamento da equipe do laboratório, capacitando a equipe efetivamente para operar o equipamento.

1.3.5.5. O equipamento deve ser apropriado (desenvolvido e testado) para a realização dos ensaios abaixo, conforme padrões definidos nas normas ABNT/ISO/ASTM indicados:

BASE NORMATIVA ABNT/ISO/ASTM			
Ensaio	Luvas cirúrgicas	Luvas para procedimentos não cirúrgicos	Luvas para procedimentos não cirúrgicos
Dimensões físicas (Largura)	ABNT NBR ISO 10282; ASTM D3577	ABNT NBR ISO 11193-1; ASTM D3578; ASTM D6319; ASTM D6977	ABNT NBR ISO 11193-2, ASTM D5250

1.3.5.6. Caso as Normas mencionadas sejam revogadas, a empresa deve assegurar que os equipamentos cumpram as exigências da norma em vigor.

1.3.5.7. Calibração: O equipamento deve ser fornecido calibrado na grandeza dimensional (largura) em pelo menos 5 pontos compreendendo toda a faixa de medição do equipamento. Os erros e as incertezas de medição devem ser declarados no certificado de calibração. O critério de aceitação/erro máximo admissível (EMA) deve estar conforme especificações apresentadas pelo fabricante. A calibração deve ser realizada por laboratório pertencente a Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios Designados que sejam signatários do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM de acordo com a NIT-DICLA-0030 e acreditado nas grandezas específicas a serem calibradas

1.3.5.8. A Qualificação de Instalação e operação deve ser executado conforme protocolo do fabricante do equipamento devidamente aprovado pelo FUNED.

1.3.5.9. Os protocolos de qualificação a ser utilizado deve ser encaminhado à área solicitante com antecedência de 30 dias úteis para avaliação e será aprovado em até 10 dias úteis . As qualificações de instalação e de operação deverão ser realizadas logo após a instalação do equipamento;

1.3.5.10. A Qualificação de Instalação e operação deve ser executado conforme protocolo do fabricante do equipamento devidamente aprovado pelo FUNED.

1.3.5.11. Documentação:

- Toda a documentação técnica do equipamento, incluindo manuais de operação e manutenção, diagramas elétricos/pneumáticos, certificados de calibração rastreáveis a padrões nacionais ou internacionais (ex: RBC, NIST), e documentação de validação de software e protocolos de qualificação de QI e QO deve ser fornecida preferencialmente em português (Brasil).
- Antes da entrega do produto, a empresa ganhadora deve encaminhar, via e-mail, documentação de verificação da instalação, da qualificação, do funcionamento e do treinamento operacional do equipamento, detalhando cronogramas, etapas e o tempo de duração de cada ação, a qual deve ser aprovada pela equipe da FUNED.

1.3.5.12. Instalação e Treinamento:

- A instalação do equipamento no local indicado é de inteira responsabilidade do fornecedor, sendo também sua responsabilidade **todas as despesas relacionadas à prestação desse serviço**. Caso a instalação não ocorra na mesma data da entrega, o equipamento deverá permanecer acondicionado em sua embalagem original até que o fornecedor realize sua instalação. A abertura da embalagem será feita exclusivamente pelo fornecedor, no dia da instalação, visando assegurar a correta conferência quantitativa e preservar a integridade física dos itens entregues.
- Os pontos de utilidades (energia elétrica, ar comprimido, água, entre outros) quando necessários, serão disponibilizados pela FUNED, em conformidade com as especificações técnicas e projetos de instalação fornecidos previamente, estando posicionados a uma distância máxima de 2 metros do local de instalação. Caso sejam necessários acessórios adicionais como mangueiras ou conexões para completar a instalação, tais itens deverão ser fornecidos pelo fornecedor sem ônus adicional à FUNED.
- A instalação, qualificação e o treinamento operacional do equipamento devem ser feitos por técnicos treinados pelo fabricante, sendo que as despesas de calibração/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedor.

1.3.5.13. CONDIÇÕES GERAIS

1.3.5.13.1. O fornecedor deve possuir estrutura de assistência técnica própria ou homologada e sediada no Brasil, com capacidade para oferecer suporte técnico especializado, manutenção preventiva/corretiva, calibração e qualificações (IQ/OQ).

- 1.3.5.13.2.

O prazo máximo de resposta para chamados técnicos (início do atendimento remoto ou presencial) deve ser de 72 horas.
- 1.3.5.13.3.

O proponente deve apresentar proposta detalhada que descreva as especificações técnicas do equipamento ofertado, comprovando o atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência.
- 1.3.5.13.4.

Certificados de calibração e rastreabilidade metrológica devem ser fornecidos no momento da entrega e instalação.
- 1.3.5.13.5.

Garantia total de 12(doze) meses, fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, contado após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante.
- 1.3.5.13.6.

Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado.
- 1.3.5.13.7.

As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento.
- 1.3.5.13.8.

A empresa deve fornecer todas as peças necessárias para manutenção corretiva, **sem ônus para a FUNED** durante o período de garantia do equipamento.
- 1.3.5.13.9.

A empresa terá que oferecer garantia subsidiária que é aquela dada pelo fabricante ao cliente que adquire o produto do DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, mesmo que o distribuidor seja descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestada pela Assistência Técnica Autorizada.
- 1.3.5.13.10.

A entrega deve ser realizada de acordo com o Incoterm DPU-Entregue na Fundação Ezequiel Dias. Neste Incoterm, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, handling, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.
- 1.3.6.

Lote 7 - Item 1: 1848798 (EQUIPAMENTOS PARA ENSAIOS FÍSICOS - DETECÇÃO DE VAZAMENTO DE AR EM SERINGAS)
- 1.3.6.1.

Equipamento compacto e flexível para ensaios de vazamento de ar em seringas, agulhas e conectores Luer, com operação simplificada e conforme padrões internacionais.

Faixa operacional de pressão: 0 kPa a -88 kPa

Precisão mínima exigida da pressão: ≤ 0,3% da escala total
- 1.3.6.2.

Deve vir acompanhado de acessórios, pesos, mangueiras e **uma bomba a vácuo com capacidade para 100kPa, 220V 60Hz.**
- 1.3.6.3.

Deve ser fornecido com tomada padrão ABNT 14136, 20 Amperes e tensão de trabalho preferencialmente 220V 60Hz ou bivolt.
- 1.3.6.4.

O equipamento deve ser qualificado (instalação, operação) pelo fornecedor logo após a sua instalação. Todo material necessário para a realização da qualificação será de responsabilidade do fornecedor. Após a qualificação o fornecedor deverá proporcionar treinamento da equipe do laboratório, capacitando a equipe efetivamente para operar o equipamento.
- 1.3.6.5.

O equipamento deve ser apropriado (desenvolvido e testado) para a realização dos ensaios nos produtos listados abaixo, conforme padrões que estão definidos nas seguintes normas e documentos de referência:

PRODUTO	DOCUMENTO DE REFERÊNCIA	ENSAIOS	BASE NORMATIVA
Seringas estéreis de uso único, com ou sem agulha, para insulina	Resolução ANVISA RDC n.541/2021 Capítulo II, Seção II, Art. 15 XII	Ensaio para vazamento de ar após o pistão da seringa durante a aspiração e para separação do êmbolo e haste.	ISO 8537:2016, 5.11.2 anexo F; 5.11.3 anexo B e 5.7.1.
Seringa hipodérmica estéril de uso único.	Resolução ANVISA RDCn.541/2021 Capítulo II, Seção II, Art. 14 X	Ensaio para vazamento de ar após o êmbolo da seringa durante a aspiração e para separação do êmbolo e haste.	ISO 7886-1:2017, 13.2, anexo B ISO 7886-2:2020, 14.2 ISO 7886-3:2005, 14.2 ISO 7886-4:2018, 12.2

- 1.3.6.6.

Caso as Normas mencionadas sejam revogadas, a empresa deve assegurar que os equipamentos cumpram as exigências da norma em vigor.
- 1.3.6.7.

Calibração: O equipamento deve ser fornecido calibrado na grandeza pressão, abrangendo a faixa de 0 kPa a 100kPa e na grandeza tempo abrangendo a faixa de 0 a 600 segundos. Os erros e as incertezas de medição devem ser declarados no certificado de calibração. O critério de aceitação/erro máximo admissível (EMA) deve estar conforme especificações apresentadas pelo fabricante. A calibração deve ser realizada por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração ou Laboratórios Designados que sejam signatário do Acordo de Reconhecimento Mútuo do CIPM de acordo com a NIT-DICLA-0030 e acreditado nas grandezas específicas a ser calibrada.

- 1.3.6.8. A Qualificação de Instalação e operação deve ser executado conforme protocolo do fabricante do equipamento devidamente aprovado pelo FUNED.
- 1.3.6.9. Os protocolos de qualificação a ser utilizado deve ser encaminhado à área solicitante com antecedência de 30 dias úteis para avaliação e será aprovado em até 10 dias úteis . As qualificações de instalação e de operação deverão ser realizadas logo após a instalação do equipamento;
- 1.3.6.10. Documentação:
- Toda a documentação técnica do equipamento, incluindo manuais de operação e manutenção, diagramas elétricos/pneumáticos, certificados de calibração rastreáveis a padrões nacionais ou internacionais (ex: RBC, NIST), e documentação de validação de software;
 - Antes da entrega do produto, a empresa ganhadora deve encaminhar, via e-mail, documentação de verificação da instalação, da qualificação, do funcionamento e do treinamento operacional do equipamento, detalhando cronogramas, etapas e o tempo de duração de cada ação, a qual deve ser aprovada pela equipe da FUNED.
- 1.3.6.11. Instalação e Treinamento:
- A instalação do equipamento no local indicado é de inteira responsabilidade do fornecedor, sendo também sua responsabilidade todas as despesas relacionadas à prestação desse serviço. Caso a instalação não ocorra na mesma data da entrega, o equipamento deverá permanecer acondicionado em sua embalagem original até que o fornecedor realize sua instalação. A abertura da embalagem será feita exclusivamente pelo fornecedor, no dia da instalação, visando assegurar a correta conferência quantitativa e preservar a integridade física dos itens entregues.
 - Os pontos de utilidades (energia elétrica, ar comprimido, água, entre outros) quando necessários, serão disponibilizados pela FUNED, em conformidade com as especificações técnicas e projetos de instalação fornecidos previamente, estando posicionados a uma distância máxima de 2 metros do local de instalação. Caso sejam necessários acessórios adicionais como mangueiras ou conexões para completar a instalação, tais itens deverão ser fornecidos pelo fornecedor sem ônus adicional à FUNED.
 - A instalação, qualificação e o treinamento operacional do equipamento devem ser feitos por técnicos treinados pelo fabricante, sendo que as despesas de calibração/hora técnica deverão correr por conta da empresa fornecedora.
- 1.3.6.12. CONDIÇÕES GERAIS
- 1.3.6.12.1. O fornecedor deve possuir estrutura de assistência técnica própria ou homologada e sediada no Brasil, com capacidade para oferecer suporte técnico especializado, manutenção preventiva/corretiva, calibração e qualificações (IQ/OQ).
- 1.3.6.12.2. O prazo máximo de resposta para chamados técnicos (início do atendimento remoto ou presencial) deve ser de 72 horas.
- 1.3.6.12.3. O proponente deve apresentar proposta detalhada que descreva as especificações técnicas do equipamento ofertado, comprovando o atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência.
- 1.3.6.12.4. Certificados de calibração e rastreabilidade metrológica devem ser fornecidos no momento da entrega e instalação.
- 1.3.6.12.5. Garantia total de 12(doze) meses, fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, contado após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante.
- 1.3.6.12.6. Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado.
- 1.3.6.12.7. As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento.
- 1.3.6.12.8. A empresa deve fornecer todas as peças necessárias para manutenção corretiva, ***sem ônus para a FUNED durante o período de garantia do equipamento.***
- 1.3.6.12.9. A empresa terá que oferecer garantia subsidiária que é aquela dada pelo fabricante ao cliente que adquire o produto do DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, mesmo que o distribuidor seja descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestada pela Assistência Técnica Autorizada.
- 1.3.6.12.10. A entrega deve ser realizada de acordo com o *Incoterm DPU-Entregue* na Fundação Ezequiel Dias. Neste *Incoterm*, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, handling, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.
- 1.4. **Tipo de Fornecimento:**
- [X] Por Escopo
- 1.5. **Agrupamento de Itens em Lotes:**
- 1.5.1. Não se aplica à aquisição/contratação em questão.
- 1.6. **Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**
- 1.6.1. Conforme Lei Complementar 123 de 2006, ressaltamos que todo o tratamento diferenciado e simplificado reservado às pequenas empresas será aplicado no âmbito da contratação proposta. As simplificações de documentação e empate ficto estão assegurados.
- A análise é feita com referência à instrução do processo, ou seja, considerando o descrito nos termos de referência e mapas de preços (pesquisa de mercado).

[X] Aberto a todos os licitantes no(s) item(ns) de contratação, cujos valores estimados são superiores a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) (Art. 8º).

Itens 1998722, 1740903, 1229788, 1223348 e 1848798

[X] Abertura a todos os licitantes no(s) item(ns) de contratação, pois não houve um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (Art. 14 combinado com Art. 4º).

Itens 250031 e 1442422

[X] O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte pode representar prejuízo ao objeto a ser contratado.

1.6.1.1. A contratação se destina a satisfazer requisitos necessários ao atendimento de atividades especializadas da instituição, que requerem expertise e capacidade operacional que uma microempresa ou empresa de pequeno porte pode não ter, e o comprometimento na qualidade dos serviços prestados pela FUNED pode ter sérias repercussões para a saúde pública da população.

1.6.1.2. Trata-se da aquisição de SISTEMAS E EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS DE ENSAIOS FISICOS, MEDIDOR DE ESPESSURA E TESTADOR VISUAL DE FUROS OU VAZAMENTOS conforme especificado nos Termos de Referência. Portanto, diante da criticidade do objeto apresentado, a continuidade torna-se fator mister para garantia de boa prestação de serviços aos cidadãos mineiros. Esta contratação pretende garantir a implementação de novas análises no Laboratório de Ensaios Físicos viabilizando o cumprimento de ensaios físicos em diversos produtos sujeitas ao controle sanitário, visando o atendimento às demandas espontâneas e pactuadas com a Secretaria de Saúde/SES, juntamente com a ANVISA. A menção a esta nova tecnologia (objetos desta contratação) é importante não só pela sua complexidade, mas pelo seu impacto na avaliação adequada dos riscos possíveis ou prováveis no produto monitorado. Os produtos a serem analisados são utilizados pela população em todas as regiões do Estado e, em alguns casos, comercializados nacionalmente..

1.6.1.3. Conforme o inciso I do § 1º do artigo 14 da Lei Complementar nº 123/2006, considera-se não vantajoso para a administração quando a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios. No caso da Fundação Ezequiel Dias, que atua no setor de saúde pública, a natureza crítica e especializada das atividades desempenhadas torna difícil a aplicação dos benefícios previstos para as ME/EPP. Os contratos que envolvem nossa fundação frequentemente exigem um alto grau de expertise e responsabilidade, o que pode não ser compatível com as capacidades de algumas ME/EPP.

1.6.1.4. As atividades desta fundação na área de saúde pública são de suma importância para a sociedade, e qualquer comprometimento na qualidade dos serviços pode ter sérias repercussões. Portanto, a decisão de não reservar parcelas do respectivo objeto para ME/EPP, ainda que seja divisível e menor do que R\$ 80.000,00, é respaldada legalmente e fundamentada na necessidade de garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados..

1.6.1.5. Diante do exposto, a reserva de lotes exclusivos às ME/EPP, então, traria sérios riscos de redução de competitividade e, portanto, de maiores chances de itens fracassados e desertos. Além disso, pode prejudicar o cumprimento dos prazos de entrega solicitados e à capacidade das licitantes vencedoras de arcar com os prazos legais para pagamento pela Administração Pública.

1.6.1.6. Considerando, então, as justificativas apontadas e, estando em consonância com o artigo 49 da Lei Complementar nº 123 de 2006 que preleciona que:

Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

1.6.1.7. Entendemos que, para o objeto em questão, a aplicação da exclusividade às MEs e EPPs representa claros riscos ao abastecimento e à prestação de serviços básicos desta Fundação além de não ser vantajoso para a Instituição, neste momento, reservar lotes ou percentual de lote para ME/EPP.

1.6.1.8. Sendo assim, para o Planejamento em questão, todos os lotes serão abertos à ampla concorrência, sendo garantidas as demais condições estabelecidas em normas e legislações vigentes.

1.7. Da Contratação:

[x] FORNECIMENTO POR ESCOPO: Para os itens cód. SIAD 1998722, 1740903, 250031, 1229788, 1223348, 1442422 1848798.

1.7.1. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos contados a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.2. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 3 dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.3. O contrato(ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Instituto Octávio Magalhães (IOM) tem por finalidade prevenir e controlar riscos à saúde por meio de atividades laboratoriais de ensaios, pesquisas, análise de dados, inovação e produção do conhecimento, fortalecendo as ações de vigilância em saúde e contribuindo para a promoção e proteção da saúde pública.

Neste cenário, o Serviço de Ensaios Físicos atua no fortalecimento do programa de monitoramento da qualidade de produtos para a saúde sujeitos ao controle sanitário. A iniciativa representa um avanço na criação de instrumentos de monitoramento da Vigilância Sanitária (Visa) do Estado, já que os produtos analisados no laboratório compõem um grupo de materiais médicos utilizados na assistência médica. São analisados produtos que apresentam altos

índices de queixas técnicas, como máscara de uso odonto-médico-hospitalar, seringas, luvas, agulhas hipodérmicas e equipamentos, dentre outros. Neste sentido, o acompanhamento da qualidade destes produtos no âmbito da pós-comercialização é fundamental, imprimindo mais segurança para o paciente e para o trabalhador de saúde que os manipula.

Portanto, esta contratação pretende garantir a implementação de novas análises no Laboratório de Ensaios Físicos viabilizando o cumprimento de ensaios físicos em diversos produtos sujeitas ao controle sanitário, visando o atendimento às demandas espontâneas e pactuadas com a Secretaria de Saúde/SES, juntamente com a ANVISA. A menção a esta nova tecnologia (objetos desta contratação) é importante não só pela sua complexidade, mas pelo seu impacto na avaliação adequada dos riscos possíveis ou prováveis no produto monitorado.

Os produtos a serem analisados são utilizados pela população em todas as regiões do Estado e, em alguns casos, comercializados nacionalmente. Portanto, a perspectiva de ação neste escopo através da ampliação e realização dos ensaios detalhados no subitem 1.3 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, só poderá ser atendida, diante da aquisição de equipamentos adequados a sua utilização.

2.2. Para alcançar os objetivos descritos acima, alinhados a meta institucional de "Liberar 90% dos laudos e resultados de análises laboratoriais de interesse da Saúde Pública no prazo", é imprescindível adquirir os equipamentos listados abaixo:

ÁREA	SOLICITANTE	LOTE	ITEM	CÓDIGO SIAD	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Serviço de Ensaios Físicos	Adriane Zacarias Nunes	1	1	1998722	MAQUINA UNIVERSAL PARA ENSAIOS MECANICOS - APLICACAO: DISPOSITIVOS COM CONECTORES LUER (ISO 80369); GARRAS: PNEUMATICAS COM MORDENTES APROPRIADOS; CELULA: DE CARGA PARA FORCA AXIAL E TORQUE; AUMENTO: FORCA AXIAL: MINIMA 500 N, TORQUE: MINIMO DE 2NM; EXATIDAO: CLASSE 1, ISO 7500-1; EXTENSOMETRO: NAO APLICAVEL; SOFTWARE: PARAMETRIZADO PARA REALIZACAO DE ENSAIOS 80369-20;	Equipamento necessário para a realização do ensaio "Vazamento por queda de pressão, ABNT NBR ISO 80369-20, Anexo B; Ensaio para detecção de vazamento de ar por pressão subatmosférica. ABNT NBR ISO 80369-20:2021, Anexo D; Esforço de ruptura, ABNT NBR ISO 80369-20, Anexo E; Ensaio para resistência à separação a partir de carga axial, ABNT NBR ISO 80369-20, Anexo F; Ensaio de resistência à separação desatarraxante, ABNT NBR ISO 80369-20:2021, Anexo G; Resistência à fadiga, ABNT NBR ISO 80369-20, Anexo H; Desconexão desatarraxante, ABNT NBR ISO 80369-20, Anexo I; nas amostras de seringas estéreis de uso único, com ou sem agulha para insulina, seringas hipodérmicas estéreis de uso único, agulhas hipodérmicas, equipos, Orifício de acesso venoso; Cateter venoso central; Linhas de pressão arterial; Cateter de diagnostico; Dispositivos extracorpóreos ; Cateteres intravenosos periférico; Conjunto de administração intravenosa etc. . O item será adquirido pela primeira vez. Não há este equipamento em estoque, e trata-se de item de uso contínuo, bem durável e sem prazo de validade determinado.
Serviço de Ensaios Físicos	Adriane Zacarias Nunes	2	1	1740903	MEDIDOR DE ESPESSURA - APLICACAO: MEDICAO DE ESPESSURA EM MATERIAIS ELASTICOS(LUVAS); MODELO: DIGITAL; VISOR: EM LCD COM PE-DE-MEDICAO COM BASE RETA CIRCULAR; ESCALA: MEDICAO EM MM; ACESSORIOS: ESTOJO E BATERIA;	Equipamento necessário para a realização do “ensaio de dimensões (espessura)” nas amostras de Luvas para exame médico de uso único (Luvas de Borracha), Luvas para exame médico de uso único (Luvas de policloreto de vinila), e Luvas cirúrgicas de borracha, estéreis ou a serem esterilizadas, de uso único. O item será adquirido pela primeira vez. Não há este equipamento em estoque, e trata-se de item de uso contínuo, bem durável e sem prazo de validade determinado.
Serviço de Ensaios Físicos	Adriane Zacarias Nunes	3	1	250031	SISTEMA P/DETERMINACAO DO DIAMETRO EM SERINGAS - APLICACAO: DETERMINACAO DO DIAMETRO INTERNO DA AGULHA E BICO DE SERINGAS; ESTILETE: COMPOSTO POR 27 ESTILETES; MATERIA-PRIMA: ACO INOXIDAVEL; DIMENSOES: 60X60X850MM (ALT. X LARG. X COMP.);	Equipamento necessário para a realização do ensaio de “Verificação de diâmetro interno do lúmen do bico” nas amostras de seringa hipodérmica estéril de uso único. No que diz respeito às amostras de agulhas hipodérmicas, realiza o ensaio de "Patência do lúmen". O item será adquirido pela primeira vez. Não há este equipamento em estoque, e trata-se de item de uso contínuo, bem durável e sem prazo de validade determinado.

ÁREA	SOLICITANTE	LOTE	ITEM	CÓDIGO SIAD	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Serviço de Ensaios Físicos	Adriane Zacarias Nunes	4	1	1229788	TESTADOR VISUAL DE FUROS OU VAZAMENTOS - APLICACAO: TESTAR FUROS EM LUVAS, PRESERVATIVOS MASCULINOS E FEMININOS; METODO: ATRAVES ENCHIMENTO DESTES PRODUTOS C/AGUA REAGENTE; RESERVATORIO: CONECTADO SIST. DE ALIMENTACAO AGUA POR MEIO BOMBA; SENSOR: DEVE POSSUIR SENSOR PARA NIVEL DE AGUA; TANQUE: DE ENCHIMENTO EM ACRILICO; COMPOSICAO: COMPOSTO DE CARROSSEL PARA 5 AMOSTRAS DE LUVAS,PRESERVATIVOS FEMININO E MASCULINO; CAPACIDADE: DE TROCA DE CARROSSEIS P/REALIZACAO ENSAIOS/TESTES; PAINEL: DE CONTROLE PARA SELECAO Nº DE AMOSTRAS ETC;	Equipamento necessário para a realização dos ensaios de “Impermeabilidade (presença de furos)” e “Impermeabilidade à água” nas amostras de Luvas para exame médico de uso único (Luvas de Borracha), Luvas para exame médico de uso único (Luvas de policloreto de vinila), e Luvas cirúrgicas de borracha, estéreis ou a serem esterilizadas, de uso único. O item será adquirido pela primeira vez. Não há este equipamento em estoque, e trata-se de item de uso contínuo, bem durável e sem prazo de validade determinado.
Serviço de Ensaios Físicos	Adriane Zacarias Nunes	5	1	1223348	SISTEMA AUTOMATIZADO ENSAIO DE LUVAS - TIPO: DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E NAO CIRURGICOS; MATERIA-PRIMA: METAL E / OU PLASTICO; LUZ: DOTADO DE LUZ LED INTEGRADA; ACIONAMENTO: SIMPLES (PRESSIONANDO UM UNICO BOTAO); SUPORTE: CAPAZ ROTACIONAR P/LEITURA OPTICA COMPRIMENTO LUVA; RESULTADO: MEDIA, MINIMO, MAXIMO, APROVADO, REPROVADO;	Equipamento necessário para a realização dos ensaios de “Comprimento” nas amostras de Luvas para exame médico de uso único (Luvas de Borracha), Luvas para exame médico de uso único (Luvas de policloreto de vinila), e Luvas cirúrgicas de borracha, estéreis ou a serem esterilizadas, de uso único. O item será adquirido pela primeira vez. Não há este equipamento em estoque, e trata-se de item de uso contínuo, bem durável e sem prazo de validade determinado.
Serviço de Ensaios Físicos	Adriane Zacarias Nunes	6	1	1442422	SISTEMA AUTOMATIZADO ENSAIO DE LUVAS - TIPO: DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E NAO CIRURGICOS; MATERIA-PRIMA: METAL E/OU PLASTICO; LUZ: DOTADO DE LUZ LED INTEGRADA; ACIONAMENTO: SIMPLES (PRESSIONANDO UM UNICO BOTAO); SUPORTE: CAPAZ ROTACIONAR P/LEITURA OPTICA LARGURA LUVA; RESULTADO: MEDIA, MINIMO, MAXIMO, APROVADO, REPROVADO;	Equipamento necessário para a realização dos ensaios de “Largura” nas amostras de Luvas para exame médico de uso único (Luvas de Borracha), Luvas para exame médico de uso único (Luvas de policloreto de vinila), e Luvas cirúrgicas de borracha, estéreis ou a serem esterilizadas, de uso único. O item será adquirido pela primeira vez. Não há este equipamento em estoque, e trata-se de item de uso contínuo, bem durável e sem prazo de validade determinado.
Serviço de Ensaios Físicos	Adriane Zacarias Nunes	7	1	1848798	EQUIPAMENTOS PARA ENSAIOS FISICOS - IDENTIFICACAO:EQUIP. P/ DETECCAO DE VAZAMENTO DE AR EM SERINGAS;APLICACAO (1): CONECTORES PARA APLICACOESINTRAVASCULARES; APLICACAO (2): CONECTORES PARAAPLICACOES HIPODERMICAS; ACESSORIOS: PESOS E CONECTORES;	Equipamento necessário para a realização do “ensaio para vazamento de ar após o êmbolo da seringa durante a aspiração e para separação do êmbolo e haste ” nas amostras de seringas estéreis de uso único, com ou sem agulha para insulina, e seringa hipodérmica estéril de uso único. O item será adquirido pela primeira vez. Não há este equipamento em estoque, e trata-se de item de uso contínuo, bem durável e sem prazo de validade determinado.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcios:

3.1.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

3.2. Da Participação de Cooperativa:

3.2.1. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.3. Da Subcontratação:

3.3.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.4. Da Sustentabilidade:

[X] SEM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.4.1. Não há viabilidade de adoção de critérios ou práticas de sustentabilidade na presente contratação. O objeto da referida contratação não consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis Licitações, disponível em: <<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>> e não há, salvo melhor juízo, legislação específica sobre o objeto.

3.4.2. Ademais, pelas características e peculiaridades do objeto desta contratação, assim como pela prática de mercado, verifica-se que a mesma não gera impacto ambiental, portanto não se faz necessário determinar critérios específicos de sustentabilidade e exigir licenciamentos ambientais.

3.5. **Da Indicação de Marcas ou Modelos:**

3.5.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para contratação.

3.6. **Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**

3.6.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.7. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:**

3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. **Da Garantia da Contratação:**

3.8.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.9. **Da Garantia do Produto, da Manutenção e da Assistência Técnica:**

3.9.1. Para o item cód. SIAD **1998722**: O prazo de garantia contratual fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, complementar à garantia legal, deve ser de 24 (vinte e quatro) meses, contados após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante. No período de garantia, considerando a legal e a complementar, além das calibrações iniciais(instalação), devem estar inclusos 02(dois) serviços de manutenção preventiva, **02(dois) calibrações nas grandezas força axial, torque, deslocamento e velocidade com a emissão dos certificados**, e manutenção(ões) corretiva(s) necessária(s), sem ônus de viagem, transporte, alimentação ou estadia pela Funed.

Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. As despesas de viagem/traslado/hospedagem/hora técnica devem correr por conta da empresa fornecedora do equipamento. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado. Todas as peças necessárias para manutenção corretiva deverão ser fornecidas sem ônus para a FUNED durante o período de garantia do equipamento. Caso o equipamento seja fornecido por DISTRIBUIDOR AUTORIZADO, a empresa deverá oferecer garantia subsidiária, dada pelo fabricante, que continuará válida ainda que o distribuidor seja eventualmente descredenciado pelo fabricante, o cliente continuará tendo a garantia, e será prestado pela Assistência Técnica Autorizada.

Para os itens cód. SIAD **1740903, 250031, 1229788, 1223348, 1442422 1848798**: O prazo de garantia contratual fornecida pelo fabricante ou representante autorizado, complementar à garantia legal, deve ser de 12 (doze) meses, contados após a instalação e aceite do equipamento pelo solicitante.

Durante o período de garantia, caso haja necessidade de manutenções corretivas com troca de peças, a retirada e o descarte adequado devem ser realizados pela empresa fornecedora ou empresa responsável pela manutenção. A empresa responsável pela manutenção deve fornecer laudos ou fichas do serviço realizado.

3.9.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.9.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.9.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.9.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.9.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.9.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.9.8. Nas hipóteses previstas nos subitens 3.9.6 e 3.9.7, o Contratado deverá disponibilizar produto equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.9.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos produtos.

3.9.10. O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.9.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.10. Da Vistoria:

3.10.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**4.1. Do Prazo de Entrega:**

4.1.1. O prazo de entrega para os lotes de 1 a 7 é de 90 (noventa) dias úteis contados do dia útil seguinte ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4.1.1.1. O objeto será entregue em remessa única.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação do prazo para entrega, ficando a cargo da área demandante, motivadamente, acolher ou rejeitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. Do Local e Horário de Entrega:

4.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues no seguinte endereço: Fundação Ezequiel Dias (FUNED) - Rua Conde Pereira Carneiro, nº 80 - Gameleira - Belo Horizonte - MG (CEP: 30.510-010), no horário de 8h00 às 15h30 - somente em dias úteis, exceto para o lote 1, que deverá ser entregue conforme o item 1.3.1.19.9, Incoterm CIP-Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins.

4.2.2. A entrega deverá ser agendada pelo telefone (31)3314-4688/4697

4.2.3. A empresa deve ser responsável pelo descarregamento, o transporte horizontal/vertical e pessoal encarregado para alocação dentro do laboratório indicado. Os equipamentos devem ser entregues corretamente embalado, sem violação da embalagem.

4.2.4. É de responsabilidade do fornecedor a entrega e instalação no local indicado, e todas as despesas relativas a estes serviços deverão correr por conta da empresa fornecedora.

4.2.5. Para a entrega dos equipamentos será necessário subir escadas, assim sugere-se que o fornecedor, obtenha conhecimento prévio da estrutura física e acessos do local de entrega/instalação.

4.2.6. Caso o procedimento de instalação não seja executado no mesmo dia da entrega, os equipamentos devem permanecer em sua embalagem original. A abertura da embalagem deve ser realizada pelo fornecedor no dia do procedimento de instalação, de forma a preservar a checagem do quantitativo e a integridade dos itens transportados.

4.2.7. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

4.3. Do Regime de Contratação:

4.3.1. O regime de contratação será por *fornecimento e prestação de serviço associado*. Este caracteriza-se pelo fornecimento do objeto exigem sob a responsabilidade do contratado a operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado (Inciso XXXIV, do art. 6º da Lei nº 14.133/21).

4.3.2. A opção por este regime de contratação se justifica neste caso pois as características do(s) bem(ns) exigem conjugação com serviços de forma indissociável, a fim de garantir a eficiência e a economicidade na execução contratual. Os elementos da contratação são essenciais e interdependentes para que haja o alcance do resultado pretendido pela Administração Pública, uma vez que a separação do objeto poderia comprometer sua funcionalidade ou qualidade da entrega. A contratação integrada desta forma permite que a Contratada assuma a responsabilidade de entregar o objeto em pleno funcionamento.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**5.1. Do Recebimento:**

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do Contratado.

5.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, ressalvado os casos de itens que precisam passar por análise de controle de qualidade.

5.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. A Administração notificará o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.2. **Da Liquidação:**

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.2.2.5. O valor a pagar; e

5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. **Do Pagamento:**

5.3.1. Para os itens cód. SIAD 1998722, 1740903, 250031, 1229788, 1223348, 1442422 1848798, o pagamento será realizado via "Carta de Crédito à vista e irrevogável", a ser liquidada quando do recebimento dos documentos de embarque pelo banco contratado.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.3.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. **Da Antecipação do Pagamento:**

5.4.1. Não se aplica à aquisição/contratação em questão.

6. **MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

6.1. **Regras Gerais:**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da Fiscalização do Contrato:

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da Gestão do Contrato:

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, nos termos do art.29 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, tendo em vista que as especificações do objeto deste Termo de Referência são usuais no mercado e os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital de Licitação.

7.2. Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:

7.2.1. O fornecedor deve apresentar proposta formal, que cumpra o disposto nos incisos I a VI, do art. 7º, da Resolução nº 102, de 29 de dezembro de 2022, contendo no mínimo:

- 7.2.1.1. descrição do objeto;
- 7.2.1.2. valor(es) unitário(s) e total(is);
- 7.2.1.3. número do Cadastro de Pessoa Física – CPF – ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – do fornecedor;
- 7.2.1.4. endereços físico e eletrônico e telefone de contato do fornecedor;
- 7.2.1.5. nome completo e identificação do responsável;
- 7.2.1.6. data de emissão;
- 7.2.1.7. informação do fornecedor de que se encontram incluídos nos preços propostos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, fretes e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado, ou a informação de que devem estar destacados.

7.2.2. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

7.2.3. O proponente deve apresentar proposta detalhada que descreva as especificações técnicas do equipamento ofertado, comprovando o atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência.

7.3. Da Amostra:

7.3.1. Não será exigida apresentação de amostras nesta contratação.

7.4. Da Prova de Conceito (PoC):

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos previstos neste documento, assim como no Edital e seus Anexos.

8.2. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

8.2.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**9.1. Do Contratante:**

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.
- 9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- 9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até o prazo de até 1(um) mês a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.
- 9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.2. **Do Contratado:**
- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto
- 9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 9.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- 9.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.
- 9.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
- 9.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.
- 9.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.
- 9.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 9.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.
- 9.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou o licitante que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

10.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

10.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.11, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

(1) de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

(2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

(3) 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
11. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 11.1. O custo estimado total da contratação possui caráter sigiloso, tendo em vista que pela sistemática do orçamento sigiloso os licitantes devem elaborar suas propostas a partir de seus próprios custos e expectativas de lucratividade, e não baseados desde logo em um preço de referência estimativo dado pela Administração Pública, aumentando assim a possibilidade de negociação pelo pregoeiro durante a sessão.
12. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 25.124 de 30 de dezembro de 2024.
- 12.1.1. As informações pertinentes à dotação orçamentária para os itens presentes neste termo de referência foram inseridas na coluna - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FONTE/UPG DE ENTREGA, presente na tabela que compõe a cláusula 1. OBJETO.
- 12.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Adriane Zacarias Nunes

Masp/Matrícula:1036933-8

Responsável pela Solicitação/Elaboração

Valeria Regina Martins Vieira

Masp/Matrícula:1161283-5

Responsável pela Aprovação

Glauco de Carvalho Pereira

Masp/Matrícula:1169906-3

Responsável pela Aprovação

Documento assinado eletronicamente por **Adriane Zacarias Nunes, Chefe de Serviço**, em 13/11/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Regina Martins Vieira, Chefe de Divisão**, em 13/11/2025, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauco de Carvalho Pereira, Diretor**, em 13/11/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **120935850** e o código CRC **F92E7FF2**.

Referência: Processo nº 2260.01.0006733/2024-65

SEI nº 120935850

Criado por [01263229611](#), versão 153 por [01263229611](#) em 13/11/2025 14:21:36.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
FUNED/EDITAL - Comissão de Elaboração de Editais

v1.2024.12

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - BENS

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 364/2025					
(a ser preenchida em papel timbrado da proponente)					
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA			PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE		
Razão Social:					
CNPJ:					
Endereço:					
Telefone:					
Endereço Eletrônico:					
Nome do Representante Legal:					
CPF do Representante Legal:					
Optante pelo Simples Nacional?			Não (____) Sim (____)		
LOTE 1	ITEM: 01 - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*	VALOR TOTAL SEM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	ITEM: 02 _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*	VALOR TOTAL SEM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			

	Prazo de Garantia:			
ITEM: XX _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*	VALOR TOTAL SEM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*
	R\$	R\$	R\$	R\$
	Marca / Modelo:			
	Prazo de Garantia:			
VALOR TOTAL DO LOTE	R\$			

* O valor total deve considerar o período total de vigência, conforme Termo de Referência.

LOTE X	ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*	VALOR TOTAL SEM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*	VALOR TOTAL SEM ICMS (CONSIDERANDO O PERÍODO TOTAL DE VIGÊNCIA)*
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	VALOR TOTAL DO LOTE	R\$			

* O valor total deve considerar o período total de vigência, conforme Termo de Referência.

Observações:

Prazo de Validade da Proposta:

Declaro que:

- a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, desse Edital de Pregão Eletrônico;
- b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a

ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;

c) esta proposta foi elaborada de forma independente pelo proponente, sem que tenha havido troca de informações ou quaisquer interferências de terceiros;

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Dimitri Assis de Souza, Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças**, em 17/12/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **127331981** e o código CRC **A92BA128**.

Referência: Processo nº 2260.01.0006733/2024-65

SEI nº 127331981

Criado por [01278273662](#), versão 3 por [10747908630](#) em 12/12/2025 14:53:17.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
Comissão de Elaboração de Editais

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2025.

ANEXO III – DECLARAÇÃO SOBRE CUMPRIMENTO DO ART. 93 DA LEI FEDERAL Nº 8.213/1991

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede à [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação em procedimento licitatório ou contratação direta, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, especialmente o disposto em seu art. 93, e sob as penas da lei, que:

() **Está dispensada**, até a presente data, de cumprir a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, por não se enquadrar no critério legal previsto no caput do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, uma vez que mantém quadro de pessoal inferior a 100 (cem) empregados.

() **Cumpre integralmente** a exigência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, mantendo, até a presente data, percentual igual ou superior ao legalmente exigido de cargos reservados a pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social.

() **Não cumpre integralmente** a exigência legal prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, apresentando, até a presente data, percentual inferior ao legalmente exigido de cargos reservados a pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, comprometendo-se, nesta oportunidade, a apresentar justificativa formal, anexa a esta declaração, para fins de análise pela Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Declara, ainda, estar ciente de que a veracidade das informações aqui prestadas poderá ser objeto de verificação pelos órgãos de controle, nos termos da legislação aplicável.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Dimitri Assis de Souza, Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças**, em 17/12/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **127332409** e o código CRC **81B98302**.

Referência: Processo nº 2260.01.0006733/2024-65

SEI nº 127332409

Criado por [01278273662](#), versão 3 por [10747908630](#) em 12/12/2025 14:53:45.

**FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS**

Rua Conde Pereira Carneiro, 80 - Bairro Gameleira / Belo Horizonte - CEP 30.510-010

Versão v.08.09.2021.

Processo nº 2260.01.0006733/2024-65

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº [INSERIR Nº]/[INSERIR ANO], DE COMPRAS DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA].

A FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS, com sede na Rua Conde Pereira Carneiro, n.º 80, Bairro: Gameleira - CEP: 30.510-010, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, endereço de correio eletrônico: [inserir e-mail], inscrita no CNPJ sob o nº 17.503.475/0001-01, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) [inserir nome do representante legal da contratante], inscrito(a) no Masp nº [inserir número], conforme Portaria Funed nº 52, de 07 de Julho de 2023 (Atualizada Pela Portaria Funed Nº 85/2023); que assinam conjunto / que assina de forma isolada, e a [inserir razão social da Contratada], endereço de correio eletrônico: [inserir e-mail]; inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número [inserir nº parcial do CNPJ], com sede na [inserir endereço/município], neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). [inserir nome do representante legal da contratada], que assinam conjunto / que assina de forma isolada, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico Internacional nº 364/2025**, em observância às disposições legais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação estadual, às disposições deste Contrato e ainda, no que couber, às demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de **sistemas e equipamentos automatizados de ensaios físicos, medidor de espessura e testador visual de furos e vazamentos**, que deve ser executado conforme condições do Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. Termo de Referência;
- 1.2.2. Edital de Licitação;
- 1.2.3. Informações inseridas no Portal de Compras de Minas Gerais;
- 1.2.4. Proposta comercial do CONTRATADO;
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos acima.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

2.1. A forma de fornecimento, os modelos de execução e de gestão contratuais, assim como os prazos e condições de entrega e de recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

Para empresas estrangeiras:

2.2. Para os itens 1740903, 250031, 1229788, 1223348, 1442422 e 1848798: A entrega será realizada de acordo com o Incoterm DPU-Entregue na Fundação Ezequiel Dias. Neste Incoterm, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o destino, incluindo a descarga, cobrindo todos os custos de importação da mercadoria até a entrega no local indicado e incluindo os custos decorrentes de: armazenagem aduaneira, capatazia, desconsolidação, handling, carregamento, remoção, movimentações, e quaisquer outras taxas portuárias ou aeroportuárias.

2.3. Para o item 1998722: A entrega será realizada de acordo com o Incoterm CIP-Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins. Neste Incoterm, o fornecedor é responsável pelo transporte e seguro da mercadoria até o local indicado.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.1.1. O contrato poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

4. **CLÁUSULA QUARTA – PREÇO**

4.1. O valor da contratação é de R\$ [inserir valor por extenso]

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Para empresas estrangeiras:

4.3. Considera-se a taxa de conversão estimada da moeda estrangeira de [inserir cotação (documento: Relatório de detalhes do processo de compra)] referente a [inserir data da última divulgação do edital de pregão]. O valor em reais será devidamente atualizado de acordo com a taxa cambial vigente no momento do respectivo pagamento.

Para empresas nacionais com proposta comercial em moeda estrangeira:

4.4. Considera-se a taxa de conversão estimada da moeda estrangeira de [inserir cotação (documento: Relatório de detalhes do processo de compra)] referente a [inserir data da última divulgação do edital de pregão]. O valor em reais será devidamente atualizado com base na cotação PTAX do Banco Central, do dia útil imediatamente anterior ao dia do registro da ordem de pagamento.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):
[inserir dotação]

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA observado o interregno mínimo de 12 meses, contados do orçamento estimado, em 31/10/2025, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. O direito a que se refere o item 7.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1.

7.4. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.4.1. Considera-se data do orçamento estimado a data de assinatura do Relatório de Pesquisa de Preços.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Os preços contratados poderão ser atualizados, por meio de Termo Aditivo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme disposto no art. 124, II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.6.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por acordo entre as partes, e poderá ser solicitado pelo CONTRATANTE ou pelo CONTRATADO, mediante pedido formal.

7.6.1.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.6.1.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1. As obrigações técnicas relativas à execução do objeto (descrição, funcionamento e aplicação) são descritas no Termo de Referência.

9. **CLAUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. **CLAUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA**

Para o item 1998722:

10.1. A CONTRATADA deverá garantir o pleno e confiável funcionamento do produto fornecido, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, respeitado o disposto no artigo 50 do Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078/90, contados a partir da instalação e aceite do equipamento pelo solicitante, sem qualquer ônus para a Funed.

Para o item 1740903, 250031, 1229788, 1223348, 1442422 e 1848798:

10.2. A CONTRATADA deverá garantir o pleno e confiável funcionamento do produto fornecido, pelo prazo de 12 (doze) meses, respeitado o disposto no artigo 50 do Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078/90, contados a partir da instalação e aceite do equipamento pelo solicitante, sem qualquer ônus para a Funed.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções administrativas incidentes à inexecução do objeto são descritas no Edital.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora a partir da data em que deveria ter sido executada sua obrigação, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no [artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

12.8. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

13.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 2018.

13.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e a CONTRATADA assume o papel de operador conforme artigo 5º, VI e VII da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

13.3. O CONTRATADO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

- 13.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.
- 13.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.
- 13.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.
- 13.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709, de 2018, suas alterações e regulamentações posteriores, quando necessário.
- 13.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.
- 14.1.1. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.1.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que acordado entre as PARTES.
- 14.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e demais normas relativas a licitações e contratos administrativos e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art.89 da Lei 14.133, de 2021)..

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 16.1.1. O Portal de Compras será integrado ao PNCP para fins de cumprimento do art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

- 17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

CONTRATANTE:

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATANTE

Contratante

CONTRATADO:

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Dimitri Assis de Souza, Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças**, em 17/12/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **127332616** e o código CRC **019A3942**.

Referência: Processo nº 2260.01.0006733/2024-65

SEI nº 127332616

Criado por [01278273662](#), versão 12 por [10747908630](#) em 12/12/2025 14:54:30.

MINUTA



ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
Comissão de Elaboração de Editais

Versão v.20.08.2019.

AUTORIZAÇÃO**ANEXO V - MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

Autorização de Fornecimento: _____

Processo: _____ Procedimento de Contratação: _____

Órgão ou entidade: _____

CNPJ: _____

Unidade de Compra: _____

Dados do empenho

Nº e ano do empenho	Data do empenho	Unid.Contábil/executora	Unid. Orçamentária	Nº do contrato ou instrumento equivalente

Elemento-Item de despesa: _____

Fornecedor: CNPJ: _____

Razão Social: _____

Endereço: _____ (endereço completo)

Telefones: _____

Banco: Nº Banco _____ – Nome do Banco _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Unidade de Pedido: _____

Endereço de Entrega: _____

Item de material: _____

Especificação: _____

Demais informações necessárias para contratação: _____

Unid. aquisição / fornecimento	FrequênciaDe Entrega	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor Total da Autorização de Fornecimento: R\$ _____ (Valor total por extenso)

SENHOR FORNECEDOR, não emitir cobrança bancária. Os nossos pagamentos são efetuados através de ordem de pagamento direto para sua conta corrente.

CONDIÇÕES GERAIS

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

Nome: _____

CNPJ: _____

Telefones: _____ ou _____

Endereço: _____ (endereço completo)

Observações:

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

Aprovação do Emitente

Assinatura do Fornecedor

Data: ____/____/____



Documento assinado eletronicamente por **Dimitri Assis de Souza, Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças**, em 17/12/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **127332678** e o código CRC **D63AACD5**.

Referência: Processo nº 2260.01.0006733/2024-65

SEI nº 127332678

Criado por [01278273662](#), versão 3 por [10747908630](#) em 12/12/2025 14:54:42.



FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS
Comissão de Elaboração de Editais

Versão v.20.09.2020.

ANEXOS

ANEXO VI - AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

1. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR

A CONTRATADA estará sujeita à avaliação de seu desempenho na execução do objeto quanto aos critérios de prazo, quantidade, qualidade e documentação, nos termos da Resolução SEPLAG nº 13/2014.

1.1. Critério Prazo

O critério Prazo avalia o cumprimento das datas previamente definidas na autorização de fornecimento e respectivos agendamentos para a entrega do(s) objeto(s) e possui a pontuação assim distribuída, de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a entrega for realizada na data agendada e conforme prazo previsto na autorização de fornecimento;
- b) 28 (vinte e oito) pontos, se a entrega for realizada em desacordo com a data agendada, mas ainda conforme prazo previsto na autorização de fornecimento;
- c) 22 (vinte e dois) pontos, se a entrega for realizada com atraso de até 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo previsto na autorização de fornecimento;
- d) 10 (dez) pontos, se a entrega for realizada com atraso de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo previsto na autorização de fornecimento; ou
- e) 0 (zero) ponto, se a entrega for realizada com atraso superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo previsto na autorização de fornecimento.

I- Na hipótese de reagendamento da data da entrega por solicitação da CONTRATADA, esta será pontuada com a totalidade dos pontos, caso o reagendamento ocorra antes da data anteriormente agendada e a entrega seja realizada:

- a) conforme nova data agendada; e
- b) dentro do prazo limite previsto na autorização de fornecimento.

II - Na hipótese do não cumprimento da data agendada e/ou o prazo limite previsto na autorização de fornecimento, por caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o atraso na entrega, que será analisada pelo responsável pelo recebimento, podendo ser aceita ou não.

III - Na hipótese de a justificativa mencionada no inciso anterior ser aceita pelo responsável pelo recebimento, a CONTRATADA será pontuada com a totalidade dos pontos.

IV – O reagendamento da entrega após o prazo máximo de entrega definido na autorização de fornecimento não afasta a sujeição da CONTRATADA à aplicação de multa sobre o valor considerado em

atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

V – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

1.2. Critério Quantidade

O critério Quantidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à quantidade definida na autorização de fornecimento e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a quantidade recebida for igual à quantidade solicitada;
- b) 28 (vinte e oito) pontos, se a quantidade recebida for maior que a quantidade solicitada;
- c) 22 (vinte e dois) pontos, se a quantidade recebida for maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) e menor que 100% (cem por cento) da quantidade solicitada;
- d) 10 (dez) pontos, se a quantidade recebida for maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) e menor que 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade solicitada; ou
- e) 0 (zero) ponto, se a quantidade recebida for inferior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade solicitada.

I – A CONTRATADA é obrigada a entregar o quantitativo total solicitado, devendo ser aceito quantitativo menor apenas em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas e em função do atendimento ao interesse público.

II – A aceitação de quantitativo menor que o estabelecido em autorização de fornecimento não afasta a sujeição da CONTRATADA à aplicação de sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

III – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre o quantitativo de materiais entregues e a quantidade estabelecida na Autorização de Fornecimento (AF), essa será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento, na qual o fornecedor terá prejuízo em sua nota.

IV - Na hipótese do não cumprimento do quantitativo previsto na autorização de fornecimento, por caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o atraso na entrega, que será analisada pelo responsável pelo recebimento, podendo ser aceita ou não.

V - Na hipótese de a justificativa mencionada no inciso anterior ser aceita pelo responsável pelo recebimento, a CONTRATADA será pontuada com a totalidade dos pontos.

1.3. Critério Qualidade

O critério Qualidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente às exigências de especificação técnica, e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a qualidade for aprovada;
- b) 22,5 (vinte e dois vírgula cinco) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de baixa criticidade; ou
- c) 10 (dez) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de alta criticidade.
- d) 0 (zero) pontos, se houver desconformidade total entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida.

I - As ressalvas referidas nas alíneas “b” e “c” deste subitem 1.3 não deverão comprometer a qualidade exigida nem a utilidade do material.

II – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida, esta será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento.

III – Na hipótese do inciso anterior, a CONTRATADA receberá a pontuação 0 (zero) nesse critério.

O critério Qualidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente às exigências de especificação técnica e embalagem de material, aos quais serão atribuídas pontos de acordo com o desempenho da CONTRATADA.

I – O subcritério “Embalagem” avalia as condições da embalagem do material e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 10 (dez) pontos, se a embalagem for aprovada; ou
- b) 5 (cinco) pontos, se a embalagem for aprovada com ressalva.

II – Se houver recusa do recebimento em virtude de embalagem inadequada do material, esta será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento.

III – Na hipótese do inciso anterior, a CONTRATADA receberá a pontuação 0 (zero) no subcritério “Embalagem”.

IV - O subcritério “Especificação técnica” avalia a conformidade entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida, possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 20 (vinte) pontos, se a qualidade for aprovada;
- b) 15 (quinze) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de baixa criticidade; ou
- c) 6,6 (seis vírgula seis) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de alta criticidade.

V – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida, esta será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento.

VI – Na hipótese do inciso anterior, a CONTRATADA receberá a pontuação 0 (zero) no subcritério “Especificação técnica”.

VII – A ressalva referida na alínea “b” do inciso I e nas alíneas “b” e “c” do inciso IV deste subitem 1.3 não deverão comprometer a qualidade exigida nem a utilidade do material.

1.4. Critério Documentação

O critério Documentação avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à regularidade da Nota Fiscal, e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 10 (dez) pontos, se a Nota Fiscal tiver a sua validade atestada;
- b) 0 (zero) ponto, se a Nota Fiscal apresentar irregularidade(s) que impeçam o ateste de sua validade.

I - Para atestar a validade da Nota Fiscal, deverá ser verificada a conformidade dos seguintes itens:

- a) Dados do órgão/entidade que realizou a compra;
- b) Valores unitários e totais;
- c) Descrição do produto em conformidade com o item de material solicitado e com o material entregue;
- d) Quantidade constante na nota em conformidade com a quantidade solicitada;
- e) Inexistência de rasuras; e
- f) Outros elementos solicitados pelo órgão ou entidade no instrumento convocatório.

O critério Documentação avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à regularidade da Nota Fiscal e dos documentos adicionais apresentados, aos quais serão atribuídas pontos de acordo com o desempenho da CONTRATADA.

I - O subcritério “Nota Fiscal” avalia a regularidade da Nota Fiscal e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 5 (cinco) pontos, se a Nota Fiscal tiver a sua validade atestada;

b) 0 (zero) ponto, se a Nota Fiscal apresentar irregularidade(s) que impeça(m) o ateste de sua validade.

II - Para atestar a validade da Nota Fiscal, deverá ser verificada a conformidade dos seguintes itens:

- a) Dados do órgão/entidade que realizou a compra;
- b) Valores unitários e totais;
- c) Descrição do produto em conformidade com o item de material solicitado e com o material entregue;
- d) Quantidade constante na nota em conformidade com a quantidade solicitada;
- e) Inexistência de rasuras; e
- f) Outros elementos solicitados pelo órgão ou entidade no instrumento convocatório.

III - O subcritério “Documentos Adicionais” avalia a regularidade e conformidade dos documentos específicos relativos ao material(is) entregue(s) com a legislação aplicável e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 5 (cinco) pontos, se a documentação adicional estiver em conformidade com a legislação aplicável ao objeto; ou
- b) 0 (zero) ponto, se a documentação adicional apresentar inconformidades.

2. DO INDICADOR DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR

Os registros de desempenho da CONTRATADA conforme os critérios do item 1 deste Anexo, serão a base para o cálculo do seu respectivo indicador de desempenho.

I - O indicador de desempenho da CONTRATADA poderá ser apresentado nas seguintes formas:

- a) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Entrega (IDF-E): será calculado para um determinado item da autorização de fornecimento, a partir da soma das pontuações atribuídas em cada critério de avaliação;
- b) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Autorização de Fornecimento (IDF-AF): será calculado a partir da média aritmética simples dos IDF-E, no âmbito de uma mesma autorização de fornecimento;
- c) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C): será calculado a partir da média aritmética simples dos IDF-AF, no âmbito desta contratação.

3. DAS AÇÕES QUE PODERÃO SER TOMADAS EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO DA CONTRATADA

I - Conforme resultado obtido no Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C), a CONTRATADA obterá os seguintes conceitos:

- a) “A”, se o seu aproveitamento for maior que 90% (noventa por cento);
- b) “B”, se o seu aproveitamento for maior que 70% (setenta por cento) e menor ou igual a 90% (noventa por cento); ou
- c) “C”, se o seu aproveitamento for menor ou igual a 70% (setenta por cento).

II - A CONTRATANTE poderá adotar as seguintes ações, conforme o conceito obtido pela CONTRATADA no Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C), nos termos do inciso anterior:

- a) Conceito “A”: avaliar a possibilidade de gerar atestado de capacidade técnica;
- b) Conceito “B”: notificar a CONTRATADA para correção da(s) falta(s) e/ou realizar reuniões com a CONTRATADA para analisar as causas do baixo desempenho, bem como solicitar que a CONTRATADA elabore proposta de plano de ação corretivo para validação da CONTRATANTE; e
- c) Conceito “C”: além das medidas previstas no conceito “B”, avaliar a possibilidade de abertura de processo administrativo punitivo para aplicação das sanções dispostas nos anexos do Edital.

III - A CONTRATANTE poderá adotar as ações previstas na alínea “b” do inciso anterior caso a CONTRATADA obtenha pontuação igual ou abaixo de 90% (noventa por cento) em 1 (uma) avaliação referente ao índice de desempenho do fornecedor por entrega (IDF-E).

IV - A CONTRATANTE poderá adotar as ações previstas na alínea “c” do inciso II deste item 3 caso a CONTRATADA obtenha pontuação igual ou abaixo de 90% (noventa por cento) em 2 (duas) avaliações, consecutivas ou não, referentes ao índice de desempenho do fornecedor por entrega (IDF-E).

V - O disposto neste Anexo não exclui a notificação ou a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 13.994/2001 e Decreto Estadual nº 45.902/2012, bem como as dispostas nos anexos do Edital.



Documento assinado eletronicamente por **Dimitri Assis de Souza, Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças**, em 17/12/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **127332735** e o código CRC **199F54BF**.

Referência: Processo nº 2260.01.0006733/2024-65

SEI nº 127332735

Rua Conde Pereira Carneiro, 80 - Bairro Gameleira - Belo Horizonte - CEP 30.510-010

Criado por [01278273662](#), versão 3 por [10747908630](#) em 12/12/2025 14:55:07.